



POSTALIS

relatório anual 2014



Edição e Projeto Gráfico:
Plus Interativa
plus@plusinterativa.com

Coordenação:
Assessoria de Comunicação do Postalís
ass.comunicacao@postalis.com.br

SUMÁRIO

ABERTURA

INTRODUÇÃO	4
MENSAGEM DA DIRETORIA	5

INSTITUCIONAL

O INSTITUTO	6
POSTALIS EM NÚMEROS	7

INVESTIMENTOS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	12
RESULTADOS DE INVESTIMENTOS E ENQUADRAMENTOS	29
SÍNTESE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2015	31

RESULTADOS

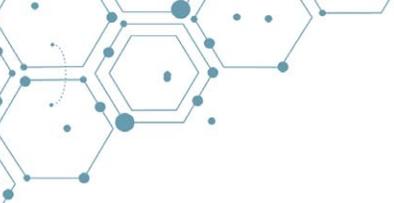
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
-------------------------	----

PARECERES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	48
PARECER ATUARIAL DO PLANO PBD	52
PARECER ATUARIAL DO PLANO POSTALPREV	55
PARECER DO CONSELHO FISCAL	58
ADITAMENTO AO PARECER DO CONSELHO FISCAL	65
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	68

ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE	69
------------	----



Introdução

Apresentamos o Relatório Anual de Informações do Postalis, que traz uma retrospectiva dos principais acontecimentos de 2014 e dados sobre a administração dos recursos dos planos.

Este documento constitui-se em fundamental ferramenta de comunicação entre o Postalis e seus participantes ativos e assistidos. É a prestação de contas do Instituto a todo o seu público, apresentando os resultados obtidos ao longo do ano.

Como o conteúdo é composto de quadros, gráficos, tabelas e faz uso de muitos termos técnicos financeiros e contábeis, sugerimos, para melhor compreensão do documento, que o leitor consulte a revista em quadrinhos “Entendendo as demonstrações contábeis do seu plano de aposentadoria”, disponibilizada no site do Postalis (http://novosite.postalis.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gibi_completo.pdf). Na revista, por meio da conversa entre dois personagens, termos técnicos que são geralmente usados nas demonstrações contábeis são abordados de maneira simples e didática.

O relatório é disponibilizado exclusivamente em formato eletrônico nas versões completa e resumida em nosso site.

Esperamos que as informações aqui contidas ajudem os participantes e assistidos a compreenderem a situação dos planos e dos investimentos do Instituto.

Mensagem da Diretoria

Prezado participante,

Encerramos o exercício de 2014 com a difícil tarefa de equacionar um déficit de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões no Plano BD. O retorno dos investimentos abaixo do esperado, os provisionamentos para perdas, a desvalorização de cotas de investimentos, a suspensão dos pagamentos relativos à RTSA e a necessidade de alteração de algumas das bases técnicas atuariais fizeram com que não conseguíssemos obter os resultados desejados.

Apesar do déficit apresentado pelo Plano BD ao final do exercício de 2014, o Instituto apresenta plena capacidade de honrar com os seus compromissos e segue envidando todos os esforços em busca de melhores resultados.

O Plano PostalPrev, por sua vez, mostrou ao longo do ano uma trajetória de recuperação, apresentando uma rentabilidade positiva de 5,46% e uma alocação de aproximadamente 50% do seu patrimônio em Títulos Públicos Federais com rentabilidade de IPCA mais 6%, o que será muito positivo para os resultados atuariais a médio e longo prazo. No processo de arrumação das carteiras de investimentos que vem sendo desenvolvido, o plano começa a definir uma curva positiva.

Esta Diretoria tem se empenhado em aprimorar a governança com medidas importantes como a revisão da Política de Investimento contemplando melhores práticas; a criação da Gerência de Riscos; a implementação do Manual de Investimentos; a implementação do Manual de Riscos;

a descentralização da composição do Comitê de Investimentos, que passou a ser constituído por representantes de todas as diretorias; a redução da alçada do Diretor Financeiro de 2% para 1% dos recursos garantidores dos planos; a criação do boletim Postalís em Números, que permite aos participantes acompanhar de perto os dados da gestão dos planos; a renegociação das taxas de administração com os gestores dos fundos de investimentos, visando a redução das taxas praticadas; a melhoria na qualidade do risco de crédito, uma vez que serão consideradas apenas as classificações de agências internacionais de rating (Moody's, Standard & Poors e Fitch); a aquisição até julho de 2015 de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões em Notas do Tesouro Nacional, dentre outras medidas.

Acreditamos que o trabalho de aprimoramento da governança que vem sendo desenvolvido será, no longo prazo, uma das razões para o bom desempenho nos investimentos. Para tanto, todos os esforços estão concentrados na melhoria dos processos e controles do Postalís. O objetivo é que nossos associados possam desfrutar de uma aposentadoria tranquila junto às suas famílias.

Por fim, gostaríamos de lembrá-lo de um papel muito importante de sua parte. Além do planejamento financeiro e previdenciário para formar uma reserva de poupança que possibilite um bom benefício de aposentadoria, a sua atuação no acompanhamento da gestão de seu plano de benefícios é fundamental.

A Diretoria

O Instituto

O Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalís está entre os 15 maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e é o primeiro do Brasil em número de participantes ativos.

Os recursos do Postalís são provenientes das contribuições dos empregados e da patrocinadora. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos é que garantirá o pagamento dos benefícios aos participantes.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem estar de seus participantes, o Instituto oferece ainda serviço de Empréstimos e a possibilidade de aderir a um seguro de vida em grupo.

VISÃO

Ser reconhecido, até 2020, pela excelência na gestão de planos de benefícios previdenciários, fortalecendo a credibilidade e a satisfação dos participantes de forma sustentável.

MISSÃO

Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.

VALORES

Legalidade, objetividade, impessoalidade, im-

parcialidade, eficiência, qualidade, criatividade, convivência colaborativa, ética, governança e sustentabilidade.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

São Órgãos Estatutários do Postalís:

- A Diretoria Executiva;
- O Conselho Deliberativo;
- O Conselho Fiscal.

Diretoria Executiva

Responsável por administrar o Postalís de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva é integrada por quatro membros, indicados pelos Correios e nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de três anos.

Conselho Deliberativo

É o órgão máximo do Postalís, responsável pela definição da política geral de administração do Instituto e de seus planos de benefícios. Integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três nomeados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para um mandato de quatro anos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, sendo dois representantes da patrocinadora e dois eleitos pelos participantes, com mandatos de quatro anos.

O QUE É A PATROCINADORA

É a empresa ou órgão público que cria ou participa de um fundo de pensão com o objetivo de oferecer um plano de previdência complementar para seus empregados ou servidores. Exemplo: Correios – Patrocinadora Instituidora do Postalís. (LC-109, art. 12 e 13; Dec. 4206/02, inciso I).

Postalís em Números

Posição 31/12/2014

76.176	participantes ativos no plano BD
110.793	participantes ativos no plano POSTALPREV
16.983	aposentados no plano BD
1.874	aposentados no plano POSTALPREV
6.561	pensionistas no plano BD
947	pensionistas no plano POSTALPREV
138	participantes em benefício de auxílio-doença no plano BD
2.283	participantes em benefício de auxílio-doença no plano POSTALPREV
46	idade média dos participantes ativos no plano BD
42	idade média dos participantes ativos no plano POSTALPREV
68	idade média dos participantes assistidos no plano BD
56	idade média dos participantes assistidos no plano POSTALPREV
R\$ 174.337 milhões	contribuições feitas para o plano BD até dezembro de 2014
R\$ 574.032 milhões	contribuições feitas para o plano POSTALPREV até dezembro de 2014
R\$ 303.129 milhões	total de benefícios pagos no plano BD até dezembro de 2014
R\$ 50.533 milhões	total de benefícios pagos no plano POSTALPREV até dezembro de 2014
13 ^o	posição no ranking dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP)

Benefícios Pagos - Plano de Benefício Definido

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	216.938.252,31
APOSENTADORIA POR IDADE	2.752.884,30
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	35.094.686,97
APOSENTADORIA ESPECIAL	250.130,42
(=) SUBTOTAL	255.035.954,00
AUXÍLIO DOENÇA	987.793,68
(=) SUBTOTAL	987.793,68
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE	39.922.909,32
PECÚLIO POR MORTE	7.164.989,96
(=) SUBTOTAL	47.087.899,28
AUXÍLIO FUNERAL	5.514,47
AUXÍLIO NUPCIAL	7.902,03
AUXÍLIO NATALIDADE	4.627,87
AUXÍLIO RECLUSÃO	0,00
(=) SUBTOTAL	18.044,37
TOTAL GERAL	303.129.691,33

OBS.: Valores dos auxílios assistenciais (Funeral, Nupcial e Natalidade) são pagos de acordo com o valor do salário mínimo vigente na data de ocorrência do evento.

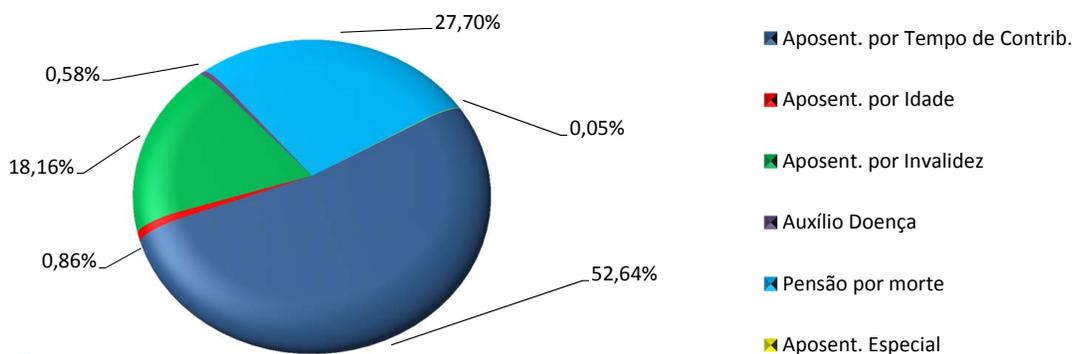
Arrecadação - Plano de Benefício Definido

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES (LIMINAR)	332.946,52
ATIVOS EQUACIONAMENTO	25.112.991,58
ASSISTIDOS	21.230.093,81
ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	11.955.420,62
SUBTOTAL PARTICIPANTES	58.631.452,53
NORMAL PATROCINADORAS	1.133.056,83
ESPECIAL PATROCINADORA ECT	53.540.782,72
ASSISTIDOS PATROCINADORAS	23.304.759,58
ESPECIAL POSTALIS	743.534,71
EQUACIONAMENTO PATROCINADORAS	36.984.350,70
SUBTOTAL PATROCINADORAS	115.706.484,54
TOTAL GERAL	174.337.937,07

Estatísticas Gerais - Plano de Benefício Definido

Descrição	PBD
Participantes Sexo Masculino	58.985
Participantes Sexo Feminino	17.191
Total de Participantes	76.176
Aposentados Sexo Masculino	12.932
Aposentados Sexo Feminino	4.051
Total de Aposentados	16.983
Idade Média- Aposentados	68
Benefício Médio- Aposentados	1.399,42
Pensionistas Sexo Masculino	1.262
Pensionistas Sexo Feminino	5.299
Total de Pensionistas	6.561
Idade Média- Pensionista	48
Benefício Médio- Pensionista	776,17
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Masculino	106
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Feminino	32
Total de Participantes em Auxílio-Doença	138
Idade Média- Auxílio-Doença	53
Benefício Médio - Auxílio-Doença	764,98
Total de Assistidos	23.682
Participantes Ativos-Patrocinadora ECT	76.592
Participantes Ativos- Patrocinadora POSTALIS	110
Idade Média dos Participantes Ativos	46
Idade Média dos Assistidos	62
INPC Acumulado desde mar/08	46,47%

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. por Tempo de Contrib.	9.397	3.070	12.467
Aposent. por Idade	112	91	203
Aposent. por Invalidez	3.411	889	4.300
Aposent. Especial	12	1	13
Subtotal Aposentadorias	12.932	4.051	16.983
Auxílio Doença	106	32	138
Pensão por morte	1.262	5.299	6.561



Benefícios Pagos - Plano PostalPrev

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA NORMAL	3.041.337,05
APOSENTADORIA ANTECIPADA	1.451.965,83
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	2.672.811,70
APOSENTADORIA BAA/BAN (PGTO ÚNICO)	1.140.859,97
(=) SUBTOTAL	8.306.974,55
BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE	5.065.854,13
PENSÃO POR MORTE	2.629.576,04
PENSÃO POR MORTE (PGTO ÚNICO)	484.510,16
(=) SUBTOTAL	8.179.940,33
AUXÍLIO DOENÇA	34.046.990,61
(=) SUBTOTAL	34.046.990,61
TOTAL GERAL	50.533.905,49

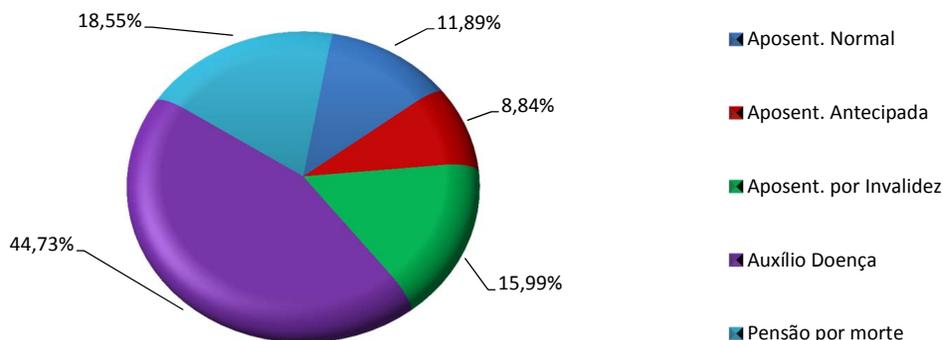
Arrecadação - Plano PostalPrev

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES BÁSICA	222.861.763,82
PARTICIPANTES ESPECÍFICA	62.587.444,80
PARTICIPANTES VOLUNTÁRIA	7.755.017,66
PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIA	164.331,03
PARTICIPANTES ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	21.811,24
SUBTOTAL PARTICIPANTES	299.299.716,23
PATROCINADORAS REGULAR	218.986.278,05
PATROCINADORAS ESPECÍFICA	61.642.469,09
PATROCINADORAS EQUACIONAMENTO	13.034,09
SUBTOTAL PATROCINADORAS	280.641.781,23
TOTAL GERAL	574.032.149,78

Estatísticas Gerais - Plano PostalPrev

Descrição	PBD
Participantes Sexo Masculino	84.572
Participantes Sexo Feminino	26.221
Total de Participantes Ativos	110.793
Aposentados Sexo Masculino	1.459
Aposentados Sexo Feminino	415
Total de Aposentados	1.874
Idade Média- Assistido	56
Benefício Médio- Assistido	R\$ 361,09
Pensionistas Sexo Masculino	243
Pensionistas Sexo Feminino	704
Total de Pensionistas	947
Idade Média- Pensionista	36
Benefício Médio- Pensionista	R\$ 353,28
Auxílio-Doença- Sexo Masculino	1.741
Auxílio-Doença- Sexo Feminino	542
Total de Participantes em Auxílio-Doença	2.283
Idade Média- Auxílio-Doença	44
Tempo de Patrocinador- Auxílio-Doença	16
Tempo de Plano - Auxílio-Doença	6
Benefício Médio - Auxílio-Doença	R\$ 1.122,44

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. Normal	491	116	607
Aposent. Antecipada	326	125	451
Aposent. por Invalidez	642	174	816
Subtotal Aposentadorias	1.459	415	1.874
Auxílio Doença	1.741	542	2.283
Pensão por morte	243	704	947



Demonstrativo de Investimentos

Plano de Benefício Definido (em Dez/2014)

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL					
SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
RECURSOS GARANTIDORES		5.042.847.772,07	100%	6.010.267.086,48	100%
A. DISPONÍVEL		2.709.164,10	0,05%	2.700.680,02	0,04%
B. RENDA FIXA		2.106.063.466,97	41,76%	3.113.202.355,28	51,80%
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL		524.881.143,98	10,41%	359.581.481,20	5,98%
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL		524.881.143,98	10,41%	359.581.481,20	5,98%
NTN-C		29.211.789,87	0,58%	27.762.238,68	0,46%
NTN-F		7.572.003,24	0,15%	7.247.561,22	0,12%
NTN-B		488.097.350,87	9,68%	324.571.681,30	5,40%
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO		289.488.225,96	5,74%	586.315.240,63	9,76%
CASAN	CCB	109.370.051,95	2,17%	127.385.118,54	2,12%
RAESA RIO AMAZONAS	CCB	-	0,00%	139.926.428,78	2,33%
CIA ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB	48.434.710,61	0,96%	53.205.506,36	0,89%
INVESTMINAS S.A.	CCB	131.683.463,40	2,61%	115.318.716,06	1,92%
NEW ENERGY S/A	CCB	-	0,00%	150.479.470,89	2,50%
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO		319.192.501,57	6,33%	499.852.118,68	8,32%
CESPP- UNIESP	CCI	23.917.522,41	0,47%	36.787.468,05	0,61%
MUDAR SPE MASTER	CCI	-	0,00%	103.163.667,35	1,72%
TUBRASIL SIFCO	CCI	-	0,00%	27.320.450,38	0,45%
TETTO HABITAÇÃO S.A	CCI	131.245.250,90	2,60%	182.016.405,14	3,03%
PORTBELO	CCI	37.207.363,19	0,74%	32.471.625,37	0,54%
BOCATO PART E EMPREE	CCI	-	0,00%	6.919.281,29	0,12%
KARMANN GHIA LTDA	CCI	-	0,00%	62.503.029,51	1,04%
MTTG EMPREEND E PART	CCI	34.873.093,21	0,69%	48.670.191,59	0,81%
CCI INDAIATUBA	CCI	91.949.271,86			
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO		61.651.519,77	1,22%	55.368.716,97	0,92%
SANTANDER	CDB	61.651.519,77	1,22%	55.368.716,97	0,92%
CERTIFICADO DIREITOS CREDITÓRIOS AGRONEGÓCIO		0,00	0,00%	29.591.363,14	0,49%
CEREAGRO S/A	CDCA	-	0,00%	12.197.803,85	0,20%
USINA CONTINENTAL SA	CDCA	-	0,00%	17.393.559,29	0,29%
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS		9.693.810,85	0,19%	9.924.140,68	0,17%
INFRASEC	CRI	9.693.810,85	0,00%	9.924.140,68	0,17%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS		5.902.605,20	0,12%	20.084.690,74	0,33%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
SANESALTO S.A.	DEBN	-	0,00%	11.223.949,19	0,19%
IGUATEMI- SHOPPING	DEBN	-	0,00%	501.689,23	0,01%
VALOR A RECEBER CAMBUCCI	DEBN	5.902.605,20	0,12%	8.359.052,32	0,14%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)		14.422,75	0,00%	55.240.048,66	0,92%
CEMIG	DEBNE	-	0,00%	55.225.920,84	0,92%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEBNE	14.422,75	0,00%	14.127,82	0,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA		895.239.236,89	17,75%	1.497.244.554,58	24,91%
CASH	CASH	-	0,00%	2.562.801,77	0,04%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	17.487.777,38	0,29%
SERENGETI	FIC	-	0,00%	1.351.080.276,72	22,48%
CARAJAS FI RF	FIRF	32.304.415,30	0,64%	47.989.512,51	0,80%
GP AETATIS S/A	FIDC	21.211.039,75	0,42%	20.094.070,31	0,33%
CESP	FIDC	19.463.071,82	0,39%	27.316.910,32	0,45%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,02%	20.187.327,25	0,34%
MULTI- ITÁLIA	FIDC	8.024.573,89	0,16%	10.525.878,32	0,18%
CJP	FIDC	431.576.703,47	8,56%		
INSTITUCIONAL	FIRF	14.584.892,09	0,29%		
BB INSTITUCIONAL	FIRF	30.155.590,21	0,60%		
INCOME VALUE	FIRF	73.545.764,71	1,46%		
BNPP MATCH	REF	194.876.791,52	3,86%		
FM1	FIM	32.365.224,67	0,64%		
RIVIERA	FIM	36.156.537,52	0,72%		
HUNGRIA	FIM	141.340,06	0,00%		
C. RENDA VARIÁVEL		513.020.597,26	10,17%	109.843.937,59	1,83%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		342.571.313,02	6,79%	109.843.937,59	1,83%
GALILEO	SPE		0,00%	43.044.898,26	0,72%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	31.101.276,33	0,62%	13.624.115,74	0,23%
ALUBAN	SPE	74.165.893,25	1,47%		
USINA SOBRASIL	SPE	82.973.907,14	1,65%		
XNICE	SPE	28.480.066,10	0,56%		
CANABRAVA ENERGETICA	SPE	125.850.170,20	2,50%	53.174.923,59	0,88%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES		170.449.284,24			
ZAMBEZI	FIA	11.073.581,55	0,22%		
YUKON	FIA	159.375.702,69	3,16%		
D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		1.369.021.378,21	27,15%	1.436.239.525,57	23,90%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		16.729.131,43	0,33%	23.299.007,08	0,39%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	6.215.560,28	0,12%	8.969.478,44	0,15%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	10.513.571,15	0,21%	14.329.528,64	0,24%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		1.352.292.246,78	26,82%	1.412.940.518,49	23,51%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
BRZ ALL	FIP	18.806.784,00	0,37%	24.770.044,00	0,41%
ENERGIA PCH	FIP	202.342.102,41	4,01%	194.224.028,12	3,23%
NOVA ENERGIA	FIP	154.988.841,52	3,07%	155.904.183,06	2,59%
BR EDUCACIONAL	FIP	25.036.829,11	0,50%	76.291.909,94	1,27%
ETB	FIP	264.753.492,23	5,25%	270.888.490,57	4,51%
GAMMA	FIP	50.845.044,60	1,01%	50.847.389,25	0,85%
FIP SAÚDE	FIP	37.271.374,35	0,74%	37.663.455,91	0,63%
TAG	FIP	5.143.302,43	0,10%	5.158.544,92	0,09%
BRB CORUMBÁ	FIP	1.667.978,95	0,03%	1.465.655,38	0,02%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	63.302.690,07	1,26%	53.993.188,93	0,90%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.431.949,30	0,27%	11.901.020,10	0,20%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	2.594.824,59	0,05%	18.554.226,60	0,31%
MULTINER	FIP	243.457.402,37	4,83%	244.378.000,56	4,07%
FIP BIO ENERGIA	FIP	189.917.128,07	3,77%	187.361.830,47	3,12%
MEZANINO DIAMOND MOUTAIN MARINE	FIP	78.732.502,78	1,56%	79.538.550,68	1,32%
E. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		124.145.552,13	2,46%	390.050.399,95	6,49%
BNY Mellon FIC FIDE (BR Sovereign)	FIDE	124.145.552,13	2,46%	390.050.399,95	6,49%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		233.086.662,37	4,62%	247.869.368,38	4,12%
Aluguel e Renda		196.331.659,18	3,89%	194.906.166,00	3,24%
Locada a Patrocinador		196.331.659,18	3,89%	194.906.166,00	3,24%
Terreno- CAJAMAR		23.671.168,92	0,47%	23.671.168,92	0,39%
Custo Corrigido		176.115.519,18	3,49%	171.234.997,08	2,85%
Depreciação		(3.455.028,92)	-0,07%		
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		11.482.545,29	0,23%	11.633.995,47	0,19%
Terreno- FINORTE		3.670.235,00	0,07%	3.670.235,00	0,06%
Edificação- FINORTE		8.329.765,00	0,17%	7.963.760,47	0,13%
Depreciação		(517.454,71)			
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		25.272.457,90	0,50%	41.329.206,91	0,69%
RB1 19º andar- Herfam Sociedade Patrimonial		-	0,00%	8.556.000,00	0,14%
Ed. Varig- Victória		-	0,00%	2.540.000,00	0,04%
Ed. Birman- Ponswinnecke Empreendimentos		3.675.000,00	0,07%	4.287.500,00	0,07%
Ed. Aron Birman- 20- GTIS		14.733.333,16	0,29%	17.333.333,21	0,29%
4º Andar Ed. RB1- JC Investimentos		6.706.500,00	0,13%	7.824.250,00	0,13%
Hot Springs- Bluepoint		157.624,74	0,00%	788.123,70	0,01%
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		696.975.092,97	13,82%	725.176.748,86	12,07%
EMPRÉSTIMOS		696.975.092,97	13,82%	725.176.748,86	12,07%
H. DEPÓSITO JUDICIAL		3.691.285,56	0,07%	4.350.502,53	0,07%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO		(5.865.427,50)	-0,12%	(19.166.431,70)	-0,32%

GESTÃO TERCEIRIZADA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	19.463.071,82	0,39%
FIDC Trendbank	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA	833.291,88	0,02%
FIDC GP Aetatis	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	21.211.039,75	0,42%
FIDC Multi-Itália	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.024.573,89	0,16%
FIDC CJP	Macroinvest Gestão de Recursos Ltda.	431.576.703,47	8,56%
FIC FIDE BNY Mellon (BR Sovereign)	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	124.145.552,13	2,46%
FIP Saúde	Planner Corretora de Valores S.A.	37.271.374,35	0,74%
FIP BR Educacional	BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.	25.036.829,11	0,50%
FIP BRB Corumbá		1.667.978,95	0,03%
FIP BRZ ALL	BRZ Investimentos Ltda.	18.806.784,00	0,37%
FIP Bioenergia	Artis Gestora de Recursos S.A.	189.917.128,07	3,77%
FIP Energia PCH	Infra Asset Management Ltda	202.342.102,41	4,01%
FIP Florestas do Brasil	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	63.302.690,07	1,26%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.431.949,30	0,27%
FIP Investidores Institucionais II		2.594.824,59	0,05%
FIP Multíner	Planner Corretora de Valores S.A.	243.457.402,37	4,83%
FIP TAG	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.	5.143.302,43	0,10%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	264.753.492,23	5,25%
FIP Nova Energia	Nova Gestão de Recursos Ltda.	154.988.841,52	3,07%
FIP Gamma	Planner Corretora de Valores S.A.	50.845.044,60	1,01%
FIP MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	Diamond Mountain Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.	78.732.502,78	1,56%
FIRF Carajás	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	32.304.415,30	0,64%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.584.892,09	0,29%
FIRF BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	30.155.590,21	0,60%
FIRF INCOME VALUE	KBO	73.545.764,71	1,46%
REF BNPP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	194.876.791,52	3,86%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos Ltda.	6.215.560,28	0,12%
FMIEE Jardim Botânico	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	10.513.571,15	0,21%
FIA ZAMBEZI	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	11.073.581,55	0,22%
FIA YUKON	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	159.375.702,69	3,16%
FIM FM1	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	32.365.224,67	0,64%
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	36.156.537,52	0,72%
FIM HUNGRIA	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	141.340,06	0,00%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada no Ano
A. RENDA FIXA	-2,22%	-20,42%
B. RENDA VARIÁVEL	-5,79%	-74,74%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,13%	3,69%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-13,15%	-68,17%
E. IMÓVEIS	-0,06%	0,51%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,16%	14,17%
PATRIMONIAL	-1,48%	-13,38%
META ATUARIAL:	1,11%	12,28%

CUSTOS COM A GESTÃO DO PLANO

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
GESTÃO TERCEIRIZADA	7.716.541,95	6.263.416,46	13.979.958,42
Taxa de Administração	6.836.993,77	5.751.802,82	12.588.796,58
Taxa de Custódia	100.484,00	85.156,81	185.640,80
Taxa de Corretagem	124,07	139,97	264,04
Auditoria	30.901,94	121.682,24	152.584,18
Taxa de Performance	538.617,24	59.064,99	597.682,22
Outros	209.420,95	245.569,64	454.990,59

Plano PostalPrev (em Dez/2014)
COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
RECURSOS GARANTIDORES	2.678.117.111,83	100%	2.130.666.052,63	100,00%
A. DISPONÍVEL	242.149,72	0,01%	695.639,36	0,03%
B. RENDA FIXA	1.840.422.272,63	68,72%	1.812.753.476,42	85,08%
TÍTULOS PÚBLICOS	1.151.654.855,98	43,00%	241.923.273,25	11,35%
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL	1.151.654.855,98	43,00%	241.923.273,25	11,35%
NTN-F	11.592.204,37	0,43%	11.047.460,39	0,52%
NTN-B	1.131.492.189,75	42,25%	230.875.812,86	10,84%
LFT	8.570.461,86	0,32%		
LETRA FINANCEIRA	37.962.395,22			
LF SAFRA	22.716.274,81			
LF PINE	15.246.120,41			
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	176.095.921,99	6,58%	104.182.810,77	4,89%
MUDAR SPE MASTER	CCI-F	-	29.304.981,80	1,38%
UNIESP	CCI-L	41.770.906,04	44.228.574,41	2,08%
QUINZE DE MAIO	CCI-L	-	30.649.254,56	1,44%
DOGMA	CCI-L	11.795.664,90		
J. E MEDEIROS	CCI-L	1.089.186,33		
INDAIATUBA	CCI-L	53.574.230,18		
PORTBELO	CCI-L	67.865.934,54		

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO		25.899.223,63	0,97%	1.048.129,29	0,05%
BANCO SANTANDER	CDB	1.172.549,88	0,04%	1.048.129,29	0,05%
CEF	CDB	24.726.673,75	0,92%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF		448.809.875,81	16,76%	1.465.599.263,11	68,79%
SÃO BENTO FIC FIM	FIC	-	0,00%	1.356.264.283,20	63,65%
RIO DOCE FIRF	FIRF	39.866.536,87	1,49%	59.466.514,57	2,79%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,03%	20.187.327,25	0,95%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	18.047.467,50	0,85%
VALOR MULTISSETORIAL	FIDC		0,00%	1.096.804,60	0,05%
MULTI-ITÁLIA	FIDC	8.032.950,52	0,30%	10.536.865,99	0,49%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	623.703,42	0,02%	-	
BNPP MATCH	REF	53.738.667,40	2,01%	-	
INCOME VALUE	FIRF	169.367.112,16	6,32%	-	
HORUS	FIM	105.490.218,00	3,94%	-	
SCE_SEN2	FIDC	2.296.556,09	0,09%	-	
SCE SUB	FIDC	7.495.958,07	0,28%	-	
VINCI CRE	FIDC	50.778.939,24	1,90%	-	
VINCI DES	FIDC	10.285.942,16	0,38%	-	
C. RENDA VARIÁVEL		541.892.867,04	20,23%	106.541.896,77	5,00%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		207.994.242,30	7,77%	21.522.446,94	1,01%
GALILEO	SPE	-	0,00%	21.522.446,94	1,01%
XNICE	SPE	152.351.196,95	5,69%		
MRTS	SPE	40.911.928,40	1,53%		
GBX TIETE II	SPE	14.731.116,95	0,55%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		230.725.772,17	8,62%	85.019.449,83	3,99%
MEKONG FIC FIA	FIA		0,00%	85.019.449,83	3,99%
GUEPARDO	FIA	39.078.410,75	1,46%		
PACIFIC	FIC/FIA	20.875.191,60	0,78%		
PERIMETER	FIA	75.543.154,79	2,82%		
RIVATEJO	FIA	55.681.274,14	2,08%		
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	39.547.740,89	1,48%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		69.064.426,59	2,58%		
FII AQUILLA		17.811.360,00	0,67%		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB		51.253.066,59	1,91%		
AÇÕES		34.108.425,98	1,27%		
AMBEV S/A		3.613.350,00	0,13%		
BRASILON		475.400,00	0,02%		
BRADESCO		3.590.144,00	0,13%		
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES		2.508.480,00	0,09%		

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
BRF- BRASIL FOODS S.A.	406.016,00	0,02%		
BR MALLS PAR	88.722,00	0,00%		
BM&F BOVESPA	214.730,00	0,01%		
CCR RODOVIAS	155.641,00	0,01%		
CEMIG	108.575,82	0,00%		
SOUZA CRUZON	88.872,00	0,00%		
GERDAU MET	169.500,00	0,01%		
IDEIASNET	179.000,00	0,01%		
ITAUSA	939.000,00	0,04%		
ITAUUNIBANCO	4.192.136,00	0,16%		
KROTON	2.836.500,00	0,11%		
P.ACUCAR-CBD	3.550.680,00	0,13%		
PETROBRAS	4.795.000,00	0,18%		
PETROBRAS	719.436,00	0,03%		
ULTRAPAR	318.990,00	0,01%		
VALE R DOCEPNA	5.076.720,00	0,19%		
PROVENTOS AÇÕES	73.882,71			
Mercado futuro	7.650,45			
FUT DI1	7.650,45			
D. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	296.516.084,07	11,07%	211.398.521,30	9,92%
EMPRÉSTIMOS	296.516.084,07	11,07%	211.398.521,30	9,92%
E. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	(956.261,63)	-0,04%	(723.481,22)	-0,03%

GESTÃO TERCEIRIZADA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
FIDC TRENBANK	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	833.291,88	0,03%
FIDC MULTI-ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.032.950,52	0,30%
RIO DOCE FI RF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	39.866.536,87	1,49%
BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	623.703,42	0,02%
BNPP MATCH	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	53.738.667,40	2,01%
INCOME VALUE	KBO	169.367.112,16	6,32%
HORUS	Horus Investimentos- Gestora de Recursos Ltda.	105.490.218,00	3,94%
SCE_SEN2	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	2.296.556,09	0,09%
SCE SUB	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	7.495.958,07	0,28%
VINCI CRE	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	50.778.939,24	1,90%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
VINCI DES	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.285.942,16	0,38%
GUEPARDO	Guepardo Investimentos Ltda.	39.078.410,75	1,46%
PACIFIC	Pacífico Gestão de Recursos Ltda.	20.875.191,60	0,78%
PERIMETER	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	75.543.154,79	2,82%
RIVATEJO	STK Capital Gestora de Recursos Ltda.	55.681.274,14	2,08%
SAGA INSTITUCIONAL	SAGA Consultoria e Gestão de Inv. Fin. Ltda.	39.547.740,89	1,48%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda.	17.811.360,00	0,67%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB	Olimpia Partners Gestão de Recursos S.A.	51.253.066,59	1,91%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada no Ano
RENDA FIXA	0,14%	6,39%
RENDA VARIÁVEL	-4,12%	-13,94%
ESTRUTURADOS	1,38%	-2,33%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,27%	16,36%
PATRIMONIAL	-0,42%	5,46%
META ATUARIAL	1,09%	12,02%

CUSTOS COM A GESTÃO DO PLANO

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	10.069.060,21	10.625.474,19	20.694.534,40
Taxa de Administração	6.343.701,84	5.967.214,75	12.310.916,59
Taxa de Custódia	46.689,31	53.325,54	100.014,86
Taxa de Corretagem	2.511.608,22	2.864.364,92	5.375.973,14
Auditoria	23.777,70	122.066,79	145.844,49
Taxa de Performance	940.393,44	1.432.671,07	2.373.064,51
Outros	202.889,70	185.831,12	388.720,82

Plano de Gestão Administrativa (em Dez/2014)

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
RECURSOS GARANTIDORES	191.840.834,18	100%	180.939.753,57	100%
A. DISPONÍVEL	35.243,29	0,02%	36.866,59	0,02%
B. RENDA FIXA	191.805.590,89	99,98%	180.902.886,98	99,98%
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF	191.805.590,89	99,98%	180.902.886,98	99,98%
MELLON CASH FIF	CASH	0,00%	66.275.262,41	36,63%
CARAJAS FI RF	FIRF	21,90%	63.045.876,24	34,84%
RIO DOCE FIRF	FIRF	17,96%	51.581.748,33	28,51%
BNP MATCH		54,39%	-	
BB INSTITUCIONAL		5,73%	-	
C. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	0,00	0,00%	0,00	0,00%

GESTÃO TERCEIRIZADA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
CARAJAS FI RF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	42.017.703,64	21,90%
BNP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	104.339.229,13	54,39%
BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	10.992.685,17	5,73%
RIO DOCE FIRF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	34.455.972,95	17,96%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada
RENDA FIXA	1,01%	11,54%
PATRIMONIAL	1,01%	11,54%
META ATUARIAL		

CUSTOS COM A GESTÃO DO PLANO			
	1º Sem.	2º Sem.	Anual
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	21.311.834,34	27.561.553,32	48.873.387,66
Pessoal e Encargos	14.374.653,25	17.184.398,55	31.559.051,80
Serviço de Terceiros	5.631.083,05	8.712.391,43	14.343.474,48
Serviços de Atuária	989.981,30	1.294.158,74	2.284.140,04
Auditoria	71.257,85	66.346,00	137.603,85
Consultoria Jurídica	688.412,72	1.287.488,92	1.975.901,64
Gestão e Planejamento Estratégico	1.414.705,06	2.272.213,74	3.686.918,80
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	117.882,30	352.309,53	470.191,83
Despesas Gerais ⁽¹⁾	1.216.605,59	1.469.071,69	2.685.677,28
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.132.238,23	1.970.802,81	3.103.041,04
Outras Despesas	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Encargos Diversos	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Treinamentos/Congressos e Seminários	153.185,20	272.559,69	425.744,89
Viagens e Estádias	207.982,65	372.802,18	580.784,83
Depreciação	540.519,23	384.367,03	924.886,26
Tributos	305.211,77	320.706,54	625.918,31
B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	10.647.391,64	12.505.471,38	23.152.863,02
Pessoal e Encargos	5.515.667,30	6.117.663,91	11.633.331,21
Serviço de Terceiros	2.737.779,95	3.510.436,70	6.248.216,65
Serviços de Atuária	-	-	-
Auditoria	30.539,09	28.434,00	58.973,09
Consultoria Jurídica	295.034,18	551.570,97	846.605,15
Gestão e Planejamento Estratégico	1.257.711,76	1.403.596,88	2.661.308,64
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	50.521,81	151.028,54	201.550,35
Despesas Gerais ⁽¹⁾	648.543,72	597.211,76	1.245.755,48

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
Outras Despesas Serviços de Terceiros	455.429,39	778.594,55	1.234.023,94
Outras Despesas	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Encargos Diversos	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Serviço de Custódia/Administração Fiduciária	1.762.798,93	2.152.934,04	3.915.732,97
Treinamentos/Congressos e Seminários	65.850,96	116.811,47	182.662,43
Viagens e Estadias	215.219,38	311.509,60	526.728,98
Depreciação	217.385,03	157.118,79	374.503,82
Tributos	130.805,04	137.162,65	267.967,69
DESP./REVER.RECURSOS P/ PLANO BENEFICIOS	-		-
TOTAL	31.959.225,98	40.067.024,70	72.026.250,68

(1) Nas Despesas Gerais estão inclusos os gastos com Eleições, Aluguel do Edifício Sede e TAFIC.

Consolidado (em Dez/2014)

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL					
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%	
RECURSOS GARANTIDORES	7.912.805.718,08	100%	8.321.872.892,68	100%	
A. DISPONÍVEL	2.986.557,11	0,04%	3.433.185,97	0,04%	
B. RENDA FIXA	4.138.291.330,49	52,30%	5.106.858.718,68	64,54%	
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL	1.676.535.999,96	21,19%	601.504.754,45	7,60%	
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	1.676.535.999,96	21,19%	601.504.754,45	7,60%	
NTN-C	29.211.789,87	0,37%	27.762.238,68	0,35%	
NTN-F	19.164.207,61	0,24%	18.295.021,61	0,23%	
NTN-B	1.619.589.540,62	20,47%	555.447.494,16	7,02%	
LFT	8.570.461,86	0,11%			
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	289.488.225,96	3,66%	586.315.240,63	7,41%	
CASAN	CCB	109.370.051,95	1,38%	127.385.118,54	1,61%
RAESA RIO AMAZONAS	CCB-F		0,00%	139.926.428,78	1,77%
CIA ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB-F	48.434.710,61	0,61%	53.205.506,36	0,67%
INVESTMINAS S.A.	CCB-F	131.683.463,40	1,66%	115.318.716,06	1,46%
NEW ENERGY S/A	CCB-F		0,00%	150.479.470,89	1,90%
LETRA FINANCEIRA		37.962.395,22	0,48%	-	0,00%
LF SAFRA	LF	22.716.274,81	0,29%	-	
LF PINE	LF	15.246.120,41	0,19%	-	
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	495.288.423,56	6,26%	604.034.929,45	7,63%	
CESPP- UNIESP	CCI	23.917.522,41	0,30%	36.787.468,05	0,46%
MUDAR SPE MASTER	CCI-F	-	0,00%	103.163.667,35	1,30%
TUBRASIL SIFCO	CCI-F	-	0,00%	27.320.450,38	0,35%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
TETTO HABITAÇÃO S.A	CCI-F	131.245.250,90	1,66%	182.016.405,14	2,30%
PORTBELO	CCI-F	37.207.363,19	0,47%	32.471.625,37	0,41%
BOCATO PART E EMPREE	CCI-L	-	0,00%	6.919.281,29	0,09%
KARMANN GHIA LTDA	CCI-L	-	0,00%	62.503.029,51	0,79%
MTTG EMPREEND E PART	CCI-L	34.873.093,21	0,44%	48.670.191,59	0,62%
CCI INDAIATUBA	CCI-L	91.949.271,86	1,16%	-	
MUDAR SPE MASTER	CCI-F	-	0,00%	29.304.981,80	0,37%
UNIESP	CCI-L	41.770.906,04	0,53%	44.228.574,41	0,56%
QUINZE DE MAIO	CCI-L	-	0,00%	30.649.254,56	0,39%
DOGMA	CCI-L	11.795.664,90	0,15%	-	
J. E MEDEIROS	CCI-L	1.089.186,33	0,01%	-	
INDAIATUBA	CCI-L	53.574.230,18	0,68%	-	
PORTBELO	CCI-L	67.865.934,54	0,86%	-	
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO		87.550.743,40	1,11%	56.416.846,26	0,71%
SANTANDER	CDB	61.651.519,77	0,78%	55.368.716,97	0,70%
BANCO SANTANDER	CDB	1.172.549,88	0,01%	1.048.129,29	0,01%
CEF	CDB	24.726.673,75	0,31%	-	
CERTIFICADO DIREITOS CREDITÓRIOS AGRONEGÓCIO		0,00	0,00%	29.591.363,14	0,37%
CEREAGRO S/A	CDCA	-	0,00%	12.197.803,85	0,15%
USINA CONTINENTAL SA	CDCA	-	0,00%	17.393.559,29	0,22%
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS		9.693.810,85	0,12%	9.924.140,68	0,13%
INFRASEC	CRI	9.693.810,85	0,00%	9.924.140,68	
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS		5.902.605,20	0,07%	20.084.690,74	0,25%
SANESALTO S.A.	DEBN	-	0,00%	11.223.949,19	0,14%
IGUATEMI- SHOPPING	DEBN	-	0,00%	501.689,23	0,01%
VALOR A RECEBER CAMBUCI	DEBN	5.902.605,20	0,07%	8.359.052,32	0,11%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)		14.422,75	0,00%	55.240.048,66	0,70%
CEMIG	DEBNE	-	0,00%	55.225.920,84	0,70%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEBNE	14.422,75	0,00%	14.127,82	0,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA		1.535.854.703,59	19,41%	3.143.746.704,67	39,73%
CASH	CASH	-	0,00%	2.562.801,77	0,03%
SERENGETI	FIC	-	0,00%	1.351.080.276,72	17,07%
CARAJAS FI RF	FIRF	32.304.415,30	0,41%	47.989.512,51	0,61%
GP AETATIS S/A	FIDC	21.211.039,75	0,27%	20.094.070,31	0,25%
CESP	FIDC	19.463.071,82	0,25%	27.316.910,32	0,35%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,01%	20.187.327,25	0,26%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	17.487.777,38	0,22%
MULTI- ITÁLIA	FIDC	8.024.573,89	0,10%	10.525.878,32	0,13%
CJP	FIDC	431.576.703,47	5,45%	-	

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
INSTITUCIONAL	FIRF	14.584.892,09	0,18%		
BB INSTITUCIONAL	FIRF	30.155.590,21	0,38%		
INCOME VALUE	FIRF	73.545.764,71	0,93%		
BNPP MATCH	REF	194.876.791,52	2,46%		
FM1	FIM	32.365.224,67	0,41%		
RIVIERA	FIM	36.156.537,52	0,46%		
HUNGRIA	FIM	141.340,06	0,00%		
SÃO BENTO FIC FIM	FIC	-	0,00%	1.356.264.283,20	17,14%
RIO DOCE FIRF	FIRF	39.866.536,87	0,50%	59.466.514,57	0,75%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,01%	20.187.327,25	0,26%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	18.047.467,50	0,23%
VALOR MULTISSETORIAL	FIDC	-	0,00%	1.096.804,60	0,01%
MULTI-ITÁLIA	FIDC	8.032.950,52	0,10%	10.536.865,99	0,13%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	623.703,42	0,01%		
BNPP MATCH	REF	53.738.667,40	0,68%		
INCOME VALUE	FIRF	169.367.112,16	2,14%		
HORUS	FIM	105.490.218,00	1,33%		
SCE_SEN2	FIDC	2.296.556,09	0,03%		
SCE SUB	FIDC	7.495.958,07	0,09%		
VINCI CRE	FIDC	50.778.939,24	0,64%		
VINCI DES	FIDC	10.285.942,16	0,13%		
MELLON CASH FIF	CASH		0,00%	66.275.262,41	0,84%
CARAJAS FI RF	FIRF	42.017.703,64	0,53%	63.045.876,24	0,80%
RIO DOCE FIRF	FIRF	34.455.972,95	0,44%	51.581.748,33	0,65%
BNP MATCH	FIRF	104.339.229,13	1,32%	-	
BB INSTITUCIONAL	REF	10.992.685,17	0,14%	-	
C. RENDA VARIÁVEL		1.054.913.464,30	13,33%	216.385.834,36	2,73%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		550.565.555,32	6,96%	131.366.384,53	1,66%
GALILEO	SPE		0,00%	43.044.898,26	0,54%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	31.101.276,33	0,39%	13.624.115,74	0,17%
ALUBAN	DEBN	74.165.893,25	0,94%		
USINA SOBRASIL	DEBN	82.973.907,14	1,05%		
XNICE	DEBN	28.480.066,10	0,36%		
CANABRAVA ENERGETICA	DEBN	125.850.170,20	1,59%	53.174.923,59	0,64%
GALILEO	SPE	-	0,00%	21.522.446,94	1,01%
XNICE	SPE	152.351.196,95			
MRTS	SPE	40.911.928,40			
GBX TIETE II	SPE	14.731.116,95			
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		401.175.056,41	5,07%	85.019.449,83	1,07%
MEKONG FIC FIA	FIA	-	0,00%	85.019.449,83	1,07%
ZAMBEZI	FIA	11.073.581,55	0,14%		
YUKON	FIA	159.375.702,69	2,01%		

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
GUEPARDO	FIA	39.078.410,75	0,49%		
PACIFIC	FIC/FIA	20.875.191,60	0,26%		
PERIMETER	FIA	75.543.154,79	0,95%		
RIVATEJO	FIA	55.681.274,14	0,70%		
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	39.547.740,89	0,50%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		69.064.426,59	0,87%		
FII AQUILLA		17.811.360,00	0,23%		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB		51.253.066,59	0,65%		
AÇÕES		34.108.425,98	0,43%		
AMBEV S/A		3.613.350,00	0,05%		
BRASILON		475.400,00	0,01%		
BRDESCO		3.590.144,00	0,05%		
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES		2.508.480,00	0,03%		
BRF- BRASIL FOODS S.A.		406.016,00	0,01%		
BR MALLS PAR		88.722,00	0,00%		
BM&F BOVESPA		214.730,00	0,00%		
CCR RODOVIAS		155.641,00	0,00%		
CEMIG		108.575,82	0,00%		
SOUZA CRUZON		88.872,00	0,00%		
GERDAU MET		169.500,00	0,00%		
IDEIASNET		179.000,00	0,00%		
ITAUSA		939.000,00	0,01%		
ITAUUNIBANCO		4.192.136,00	0,05%		
KROTON		2.836.500,00	0,04%		
P.ACUCAR-CBD		3.550.680,00	0,04%		
PETROBRAS		4.795.000,00	0,06%		
PETROBRAS		719.436,00	0,01%		
ULTRAPAR		318.990,00	0,00%		
VALE R DOCEPNA		5.076.720,00	0,06%		
PROVENTOS AÇÕES		73.882,71	0,00%		
Mercado futuro		7.650,45	0,00%		
FUT DI1					
D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		1.369.021.378,21	17,30%	1.436.239.525,57	18,15%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		16.729.131,43	0,21%	23.299.007,08	0,29%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	6.215.560,28	0,08%	8.969.478,44	0,11%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	10.513.571,15	0,13%	14.329.528,64	0,18%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		1.352.292.246,78	17,09%	1.412.940.518,49	17,86%
BRZ ALL	FIP	18.806.784,00	0,24%	24.770.044,00	0,31%
ENERGIA PCH	FIP	202.342.102,41	2,56%	194.224.028,12	2,45%
NOVA ENERGIA	FIP	154.988.841,52	1,96%	155.904.183,06	1,97%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
BR EDUCACIONAL	FIP	25.036.829,11	0,32%	76.291.909,94	0,96%
ETB	FIP	264.753.492,23	3,35%	270.888.490,57	3,42%
GAMMA	FIP	50.845.044,60	0,64%	50.847.389,25	0,64%
FIP SAÚDE	FIP	37.271.374,35	0,47%	37.663.455,91	0,48%
TAG	FIP	5.143.302,43	0,06%	5.158.544,92	0,07%
BRB CORUMBÁ	FIP	1.667.978,95	0,02%	1.465.655,38	0,02%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	63.302.690,07	0,80%	53.993.188,93	0,68%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.431.949,30	0,17%	11.901.020,10	0,15%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	2.594.824,59	0,03%	18.554.226,60	0,23%
MULTINER	FIP	243.457.402,37	3,08%	244.378.000,56	3,09%
FIP BIO ENERGIA	FIP	189.917.128,07	2,40%	187.361.830,47	2,37%
FIP Mezanino Diamond Mountain Marine	FIP	78.732.502,78	1,00%	79.538.550,68	1,01%
E. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		124.145.552,13	1,57%	390.050.399,95	4,93%
BNY Mellon FIC FIDE (BR Sovereign)	FIDE	124.145.552,13	1,57%	390.050.399,95	4,93%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		233.086.662,37	2,95%	247.869.368,38	3,13%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		233.086.662,37	2,95%	247.869.368,38	3,13%
Aluguel e Renda		196.331.659,18	2,48%	194.906.166,00	2,46%
Locada a Patrocinador		196.331.659,18	2,48%	194.906.166,00	2,46%
Terreno- CAJAMAR		23.671.168,92	0,30%	23.671.168,92	0,30%
Custo Corrigido		176.115.519,18	2,23%	171.234.997,08	2,16%
Depreciação		(3.455.028,92)			
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		11.482.545,29	0,15%	11.633.995,47	0,15%
Terreno- FINORTE		3.670.235,00	0,05%	3.670.235,00	0,05%
Edificação- FINORTE		8.329.765,00	0,11%	7.963.760,47	0,10%
Depreciação		(517.454,71)			
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		25.272.457,90	0,32%	41.329.206,91	0,52%
Ed. Varig- Victória		-	0,00%	2.540.000,00	0,03%
Ed. Birmann- Ponswinnecke Empreendimentos		3.675.000,00	0,05%	4.287.500,00	0,05%
Ed. Aron Birmann 20- GTS		14.733.333,16	0,19%	17.333.333,21	0,22%
4º Andar Ed. RB1- JC Investimentos		6.706.500,00	0,08%	7.824.250,00	0,10%
Hot Springs- Bluepoint		157.624,74	0,00%	788.123,70	0,01%
RB1 19º andar- Herfam Sociedade Patrimonial		-	0,00%	8.556.000,00	0,11%
Aluguel a Receber					
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		993.491.177,04	12,56%	936.575.270,16	11,84%
EMPRÉSTIMOS		993.491.177,04	12,56%	936.575.270,16	11,84%
H. DEPÓSITO JUDICIAL		3.691.285,56	0,05%	4.350.502,53	0,05%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO		(6.821.689,13)	-0,09%	(19.889.912,92)	-0,25%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	19.463.071,82	0,25%
FIDC Trendbank	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA.	833.291,88	0,01%
FIDC GP Aetatis	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	21.211.039,75	0,27%
FIDC Multi-Itália	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.024.573,89	0,10%
FIDC CJP	Macroinvest Gestão de Recursos Ltda	431.576.703,47	5,45%
FIC FIDE BNY Mellon (BR Sovereign)	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	124.145.552,13	1,57%
FIP Saúde	Planner Corretora de Valores S.A.	37.271.374,35	0,47%
FIP BR Educacional	BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.	25.036.829,11	0,32%
FIP BRB Corumbá		1.667.978,95	0,02%
FIP BRZ ALL	BRZ Investimentos Ltda.	18.806.784,00	0,24%
FIP Bioenergia	Artis Gestora de Recursos S.A.	189.917.128,07	2,40%
FIP Energia PCH	Infra Asset Management Ltda	202.342.102,41	2,56%
FIP Florestas do Brasil	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	63.302.690,07	0,80%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.431.949,30	0,17%
FIP Investidores Institucionais II		2.594.824,59	0,03%
FIP Multiner	Planner Corretora de Valores S.A.	243.457.402,37	3,08%
FIP TAG	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.	5.143.302,43	0,06%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	264.753.492,23	3,35%
FIP Nova Energia	Nova Gestão de Recursos Ltda.	154.988.841,52	1,96%
FIP Gamma	Planner Corretora de Valores S.A.	50.845.044,60	0,64%
FIP MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	Diamond Mountain Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.	78.732.502,78	1,00%
FIRF Carajás	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	32.304.415,30	0,41%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.584.892,09	0,18%
FIRF BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	41.771.978,80	0,53%
FIRF INCOME VALUE	KBO	73.545.764,71	0,93%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos Ltda.	6.215.560,28	0,08%
FMIEE Jardim Botânico	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	10.513.571,15	0,13%
FIA ZAMBEZI	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	11.073.581,55	0,14%
FIA YUKON	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	159.375.702,69	2,01%
FIM FM1	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	32.365.224,67	0,41%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	36.156.537,52	0,46%
FIM HUNGRIA	BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	141.340,06	0,00%
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	833.291,88	0,01%
FIDC MULTI-ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.032.950,52	0,10%
INCOME VALUE	KBO	169.367.112,16	2,14%
HORUS	Horus Investimentos-Gestora de Recursos Ltda.	105.490.218,00	1,33%
SCE_SEN2	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	2.296.556,09	0,03%
SCE SUB	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	7.495.958,07	0,09%
VINCI CRE	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	50.778.939,24	0,64%
VINCI DES	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.285.942,16	0,13%
GUEPARDO	Guepardo Investimentos Ltda.	39.078.410,75	0,49%
PACIFIC	Pacífico Gestão de Recursos Ltda.	20.875.191,60	0,26%
PERIMETER	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	75.543.154,79	0,95%
RIVATEJO	STK CAPITAL Gestora de Recursos Ltda.	55.681.274,14	0,70%
SAGA INSTITUCIONAL	SAGA Consultoria e Gestão de Inv. Fin. Ltda.	39.547.740,89	0,50%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda.	17.811.360,00	0,23%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB	OLIMPIA PARTNERS Gestão de Recursos S.A.	51.253.066,59	0,65%
CARAJAS FI RF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	42.017.703,64	0,53%
BNP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	352.954.688,05	4,46%
RIO DOCE FIRF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	74.322.509,82	0,94%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada
A. RENDA FIXA	-1,02%	-7,01%
B. RENDA VARIÁVEL	-4,99%	-45,59%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,19%	3,40%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-13,15%	-68,17%
E. IMÓVEIS	-0,06%	0,51%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,19%	14,82%
PATRIMONIAL	-1,06%	-6,40%
META ATUARIAL	1,11%	12,28%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º Sem.	2º Sem.	Annual
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	21.311.834,34	27.561.553,32	48.873.387,66
Pessoal e Encargos	14.374.653,25	17.184.398,55	31.559.051,80
Serviço de Terceiros	5.631.083,05	8.712.391,43	14.343.474,48
Serviços de Atuária	989.981,30	1.294.158,74	2.284.140,04
Auditoria	71.257,85	66.346,00	137.603,85
Consultoria Jurídica	688.412,72	1.287.488,92	1.975.901,64
Gestão e Planejamento Estratégico	1.414.705,06	2.272.213,74	3.686.918,80
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	117.882,30	352.309,53	470.191,83
Despesas Gerais ⁽¹⁾	1.216.605,59	1.469.071,69	2.685.677,28
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.132.238,23	1.970.802,81	3.103.041,04
Outras Despesas	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Encargos Diversos	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Treinamentos/Congressos e Seminários	153.185,20	272.559,69	425.744,89
Viagens e Estadias	207.982,65	372.802,18	580.784,83
Depreciação	540.519,23	384.367,03	924.886,26
Tributos	305.211,77	320.706,54	625.918,31
B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	10.647.391,64	12.505.471,38	23.152.863,02
Pessoal e Encargos	5.515.667,30	6.117.663,91	11.633.331,21
Serviço de Terceiros	2.737.779,95	3.510.436,70	6.248.216,65
Serviços de Atuária	-	-	-
Auditoria	30.539,09	28.434,00	58.973,09
Consultoria Jurídica	295.034,18	551.570,97	846.605,15
Gestão e Planejamento Estratégico	1.257.711,76	1.403.596,88	2.661.308,64
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	50.521,81	151.028,54	201.550,35
Despesas Gerais(1)	648.543,72	597.211,76	1.245.755,48
Outras Despesas Serviços de Terceiros	455.429,39	778.594,55	1.234.023,94
Outras Despesas	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Encargos Diversos	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Serviço de Custódia/ Administração Fiduciária	1.762.798,93	2.152.934,04	3.915.732,97
Treinamentos/Congressos e Seminários	65.850,96	116.811,47	182.662,43
Viagens e Estadias	215.219,38	311.509,60	526.728,98
Depreciação	217.385,03	157.118,79	374.503,82
Tributos	130.805,04	137.162,65	267.967,69
DESP./REVER.RECURSOS P/ PLANO BENEFICIOS	-	-	-
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	17.785.602,16	16.888.890,65	34.674.492,82
Taxa de Administração	13.180.695,61	11.719.017,56	24.899.713,17
Taxa de Custódia	147.173,31	138.482,35	285.655,66
Taxa de Corretagem	2.511.732,29	2.864.504,89	5.376.237,18
Auditoria	54.679,63	243.749,03	298.428,66
Taxa de Performance	1.479.010,67	1.491.736,06	2.970.746,73
Outros	412.310,65	431.400,76	843.711,41
TOTAL	49.744.828,14	56.955.915,35	106.700.743,50

⁽¹⁾ Nas Despesas Gerais estão inclusos os gastos com Eleições, Aluguel do Edifício Sede e TAFIC.

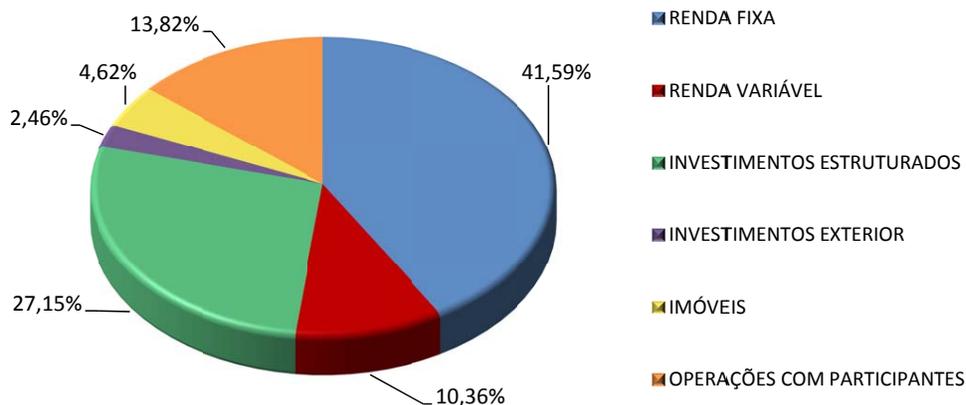
Resultados de Investimentos e Enquadramentos

Um investimento é considerado enquadrado quando está em conformidade com as regras e limites impostos pela legislação vigente e com as diretrizes da Política de Investimentos dos planos. Os quadros abaixo referem-se aos enquadramentos dos investimentos de cada um dos planos administrados pelo Postalís.

Nas tabelas, a primeira coluna indica o tipo de

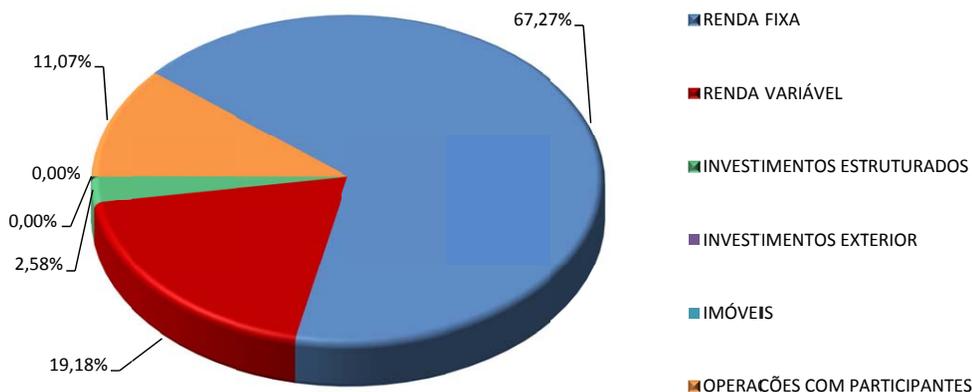
investimento, a segunda mostra os parâmetros da política de investimentos e a terceira os limites impostos pela legislação. Na quarta coluna são observados os valores efetivamente alocados em cada segmento e o percentual que representam em relação ao total do volume investido. A quinta coluna apresenta o retorno obtido em cada um dos segmentos.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO					
Segmento	Política de Investimentos	Res. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno
			(R\$)	%	%
Disponível	-	-	2.709.164,10	0,05%	-
Renda Fixa	100%	100%	2.097.223.600,97	41,59%	-20,42%
Renda Variável	30%	70%	522.446.057,87	10,36%	-74,74%
Investimentos Estruturados	20%	20%	1.369.021.378,21	27,15%	3,69%
Investimentos Exterior	8%	10%	124.145.552,13	2,46%	-68,17%
Imóveis	8%	8%	233.086.662,38	4,62%	0,51%
Operações Com Participantes	15%	15%	696.975.092,97	13,82%	14,17%
Depósitos Judiciais/Recurais	-	-	3.691.285,56	0,07%	-
Valores A Pagar / Receber / Caixa	-	-	(585.594,62)	-0,01%	-
(-) Exigível Investimentos	-	-	(5.865.427,50)	-0,12%	-
Recursos Garantidores	-	-	5.042.847.772,08	-	-13,38%



PLANO POSTALPREV

Segmento	Política de Investimentos	Res. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno
			(R\$)	%	%
Disponível	-	-	242.149,72	0,01%	-
Renda Fixa	100%	100%	1.801.563.913,44	67,27%	6,39%
Renda Variável	25%	70%	513.701.824,79	19,18%	-13,94%
Investimentos Estruturados	20%	20%	69.064.426,59	2,58%	-2,33%
Investimentos Exterior	5%	10%	-	0,00%	-
Imóveis	4%	8%	-	0,00%	-
Operações Com Participantes	15%	15%	296.516.084,07	11,07%	16,36%
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	0,00%	-
Valores A Pagar / Receber / Caixa	-	-	(2.015.025,04)	-0,08%	-
(-) Exigível Investimentos	-	-	(956.261,63)	-0,04%	-
Recursos Garantidores	-	-	2.678.117.111,94	-	5,46%



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Segmento	Política de Investimentos	Res. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno
			(R\$)	%	%
Disponível	-	-	35.243,29	0,02%	-
Renda Fixa	100%	100%	191.805.590,88	99,98%	11,54%
Renda Variável	0%	70%	-	0,00%	-
Investimentos Estruturados	0%	20%	-	0,00%	-
Investimentos Exterior	0%	10%	-	0,00%	-
Imóveis	0%	8%	-	0,00%	-
Operações Com Participantes	0%	15%	-	0,00%	-
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	0,00%	-
Valores A Pagar / Receber / Caixa	-	-	762.477,18	0,40%	-
(-) Exigível Investimentos	-	-	-	0,00%	-
Recursos Garantidores	-	-	191.840.834,17	-	11,54%

Síntese da Política de Investimentos para 2015

Introdução

Este documento apresenta de forma resumida os critérios que norteiam as aplicações dos planos BD e PostalPrev, não substituindo a íntegra das Políticas de Investimento que estão disponíveis em nossa página na internet: www.postalis.org.br

O POSTALIS adota as normas e procedimentos de controles internos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 13, com destaque para os seguintes pontos:

- Adoção de uma cultura interna que promove, entre os conselheiros, diretores e empregados, uma conduta permanentemente pautada por padrões éticos e de integridade, orientada à defesa dos direitos dos participantes e assistidos;
- Realização de reuniões periódicas com consultores e gestores com o objetivo de acompanhar a saúde financeira e atuarial dos planos de benefícios;
- Monitoramento dos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros;
- Elaboração de relatórios semestrais de controles internos, aprovados pelo Conselho Fiscal, com vistas a atestar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor, à Política de Investimento, às premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento da Política de Investimento, com o objetivo de averiguar a consonância dos investimentos com as diretrizes da Política;
- Disponibilização aos participantes das principais informações referentes ao plano, como resumo do Demonstrativo de Investimentos, da Política de Investimento e das Demonstrações Contábeis anuais.

Administrador Tecnicamente Qualificado

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) devem, de acordo com a legislação vigente, designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos, alocados nos planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas às aplicações, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores do Instituto.

O Postalis designou o seu Diretor de Investimentos, André Luis Carvalho da Motta e Silva, como Administrador Tecnicamente Qualificado pelos Planos BD e PostalPrev.

Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios

Da mesma forma, as EFPCs devem nomear, dentre os membros da sua Diretoria Executiva, o Administrador Responsável por cada um dos planos de benefícios, que divide com o patrocinador e com os demais membros estatutários a responsabilidade pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

No Postalis, o Diretor de Seguridade, Paulo Fernando Moura de Sá, foi designado para ser o Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios.

Política de Alocação dos Recursos

Metas de Gestão dos Investimentos

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark,

para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, ou seja, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

Plano BD

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
PLANO	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano	IPCA + 6,00% ao ano
Renda Variável	Ibovespa +3,00% ao ano	IPCA + 9% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 11,50% ao ano	IPCA + 11,50% ao ano
Investimentos no Exterior	PTAX	SELIC
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano

Plano PostalPrev

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
PLANO	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 6,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano	IPCA + 6,00% ao ano
Renda Variável	Ibovespa +3,00% ao ano	IPCA + 9% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 11,50% ao ano	IPCA + 11,50% ao ano
Investimentos no Exterior	MSCI Global	SELIC + 3,25% ao ano
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano

Faixas de Alocação de Recursos por Plano de Benefício:

O Postalis utiliza uma metodologia de macroalocação dos ativos que está em conformidade com características dos planos BD e PostalPrev.

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo (buscada pelo Instituto) para o exercício de 2015 e os limites de realocação permitidos.

Plano BD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	49,36%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,12%	0,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	20%	20,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	2,91%	0,00%	4,00%
Imóveis	8%	4,54%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	14,66%	0,00%	15,00%

Plano PostalPrev

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	73,16%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	19,76%	0,00%	50,00%
Investimentos Estruturados	20%	3,27%	0,00%	6,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,60%	0,00%	3,00%
Imóveis	8%	4,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	10,42%	0,00%	15,00%

Observação dos Princípios Socioambientais

O Postalis, de acordo com as tendências e preocupações da sociedade, entende que os agentes econômicos que formam o mercado financeiro e de capitais, cada um com sua finalidade e propósito, devem preocupar-se sistematicamente com a busca de melhores resultados sociais e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

Diante disso, a análise dos investimentos deve ser norteada pelos seguintes princípios:

- a) Observação dos princípios da boa governança corporativa;
- b) Combate a práticas discriminatórias;
- c) Proteção dos direitos humanos;

d) Conduta ética;

e) Combate a erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;

f) Respeito e promoção do trabalho da mulher;

g) Respeito à diversidade;

h) Melhoria contínua das condições de trabalho;

i) Participação seletiva em programas e projetos de RSA;

j) Programa de tratamento de resíduos de forma responsável;

k) Respeito à representação dos trabalhadores;

l) Utilização sustentável de recursos naturais.

Demonstrações Contábeis 2014

Balço Patrimonial Consolidado

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	2.987	3.433	EXIGÍVEL OPERACIONAL	56.742	36.962
			GESTÃO PREVIDENCIAL	44.844	22.912
REALIZÁVEL	8.070.986	8.526.591	GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.183	11.272
GESTÃO PREVIDENCIAL	118.419	154.382	INVESTIMENTOS	1.715	2.778
GESTÃO ADMINISTRATIVA	35.927	33.879	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	61.270	79.735
INVESTIMENTOS	7.916.640	8.338.330	GESTÃO PREVIDENCIAL	22.675	33.314
Títulos públicos	1.676.535	601.505	GESTÃO ADMINISTRATIVA	36.155	29.309
Créditos privados e depósitos	925.901	1.414.782	INVESTIMENTOS	2.440	17.112
Ações	584.666	78.192	PATRIMÔNIO SOCIAL	7.959.506	8.417.753
Fundos de investimentos	3.499.261	5.055.056	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	7.896.928	8.229.807
Derivativos	8	-	PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.833.831	9.158.984
Investimentos imobiliários	233.087	247.869	Benefícios Concedidos	5.160.986	3.566.397
Empréstimos e financiamentos	993.491	936.575	Benefícios a Conceder	8.270.563	7.658.004
Depósitos Judiciais	3.691	4.351	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)
			(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)
PERMANENTE	3.545	4.427	(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)
Imobilizado	3.545	4.427	EQUILÍBRIO TÉCNICO	63.097	(929.177)
			Resultados Realizados	63.097	(929.177)
			Superávit Técnico Acumulado	63.097	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(929.177)
			FUNDOS	62.578	187.946
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	52.128	178.664
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	10.450	9.282
TOTAL DO ATIVO	8.077.518	8.534.450	TOTAL DO PASSIVO	8.077.518	8.534.450

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.417.753	7.671.991	9,72%
1. ADIÇÕES	1.420.145	1.337.976	6,14%
(+) Contribuições Previdenciais	909.234	890.866	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	368.599	347.711	
(+) Reversão de Contingências- Gestão Previdencial	7.850	-	
(+) Receitas Administrativas	112.276	85.233	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Administrativa	21.018	14.044	
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.168	122	
2. DESTINAÇÕES	(1.878.392)	(592.214)	217,18%
(-) Benefícios	(555.654)	(342.307)	
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	(1.062.907)	(177.593)	
(-) Constituição de Contingências- Gestão Previdencial	-	(4.530)	
(-) Despesas Administrativas	(257.127)	(66.344)	
(-) Constituição de Contingências- Gestão Administrativa	(2.704)	(3.102)	
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	-	1.662	
3 . ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	(458.247)	745.762	(161,45%)
(+/-) Provisões Matemáticas	(1.325.153)	1.643.324	
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	99.274	(929.177)	
(+/-) Fundos Administrativos	(126.536)	31.493	
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.168	122	
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	7.959.506	8.417.753	(5,44%)

Balço Patrimonial - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	2.709	2.701	EXIGÍVEL OPERACIONAL	25.119	18.934
			GESTÃO PREVIDENCIAL	21.694	16.879
REALIZÁVEL	5.216.289	6.194.058	INVESTIMENTOS	3.425	2.055
GESTÃO PREVIDENCIAL	166.208	66.418			
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.077	100.908	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	25.115	50.425
Participação no Plano PGA	4.077	100.908	GESTÃO PREVIDENCIAL	22.675	33.314
INVESTIMENTOS	5.046.004	6.026.732	INVESTIMENTOS	2.440	17.111
Títulos públicos	524.881	359.581			
Créditos privados e depósitos	685.943	1.309.550	PATRIMÔNIO SOCIAL	5.168.764	6.127.400
Ações	342.571	56.669	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.155.157	6.017.836
Fundos de investimentos	2.558.856	3.323.534	PROVISÕES MATEMÁTICAS	5.155.157	6.954.328
Investimentos imobiliários	233.087	247.869	Benefícios Concedidos	5.005.093	3.495.472
Empréstimos e financiamentos	696.975	725.177	Benefícios a Conceder	5.747.782	5.524.273
Depósitos Judiciais	3.691	4.351	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)
			(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)
			(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	(936.492)
			Resultados Realizados	-	(936.492)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(936.492)
			FUNDOS	13.607	109.564
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.077	100.908
			Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	4.077	100.908
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	9.530	8.656
TOTAL DO ATIVO	5.218.998	6.196.759	TOTAL DO PASSIVO	5.218.998	6.196.759

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRI�O	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	6.017.836	5.779.189	4,13%
1. ADI�OES	345.023	661.088	(47,81%)
Contribui�es Previdenciais	180.588	374.493	
Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	156.585	286.595	
Reversão de Contingências- Gestão Previdencial	7.850	-	
2 . DESTINA�OES	(1.207.702)	(422.441)	185,89%
Benefícios	(356.629)	(284.234)	
Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	(984.417)	(105.665)	
Constitui�o de Contingências- Gestão Previdencial	-	(4.530)	
Custeio Administrativo	133.344	(28.012)	
3 . ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	(862.679)	238.647	(461,49%)
Provisões Matemáticas	(1.799.171)	1.175.139	
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	936.492	(936.492)	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	5.155.157	6.017.836	(14,34%)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	13.607	109.564	(87,58%)
Fundos Administrativos	4.077	100.908	
Fundos dos Investimentos	9.530	8.656	

Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. ATIVOS	5.218.999	6.196.759	(15,78%)
Disponível	2.709	2.701	
Recebível	170.285	167.326	
Investimentos	5.046.004	6.026.732	
Títulos Públicos	524.881	359.581	
Créditos Privados e Depósitos	685.943	1.309.551	
Ações	342.571	56.669	
Fundos de Investimentos	2.558.856	3.323.534	
Investimentos Imobiliários	233.087	247.869	
Empréstimos e Financiamentos	696.975	725.177	
Depósitos Judiciais	3.691	4.351	
2. OBRIGAÇÕES	50.234	69.359	(27,57%)
Operacional	25.119	18.934	
Contingencial	25.115	50.425	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	13.607	109.564	(87,58%)
Fundos Administrativos	4.077	100.908	
Fundos dos Investimentos	9.530	8.656	
4. TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	5.155.157	6.017.836	(14,34%)
Provisões Matemáticas	5.155.157	6.954.328	
Superávit/Déficit Técnico	-	(936.492)	

Demonstrações das Provisões Técnicas - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.214.921	6.095.851	(14,45%)
1. Provisões Matemáticas	5.155.157	6.954.328	(25,87%)
1.1. Benefícios Concedidos	5.005.093	3.495.472	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	5.005.093	3.495.472	
1.2. Benefícios a Conceder	5.747.782	5.524.273	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.370.420	5.172.467	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	377.362	351.806	
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)	
(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)	
(-) Patrocinador(es)	-	(1.015.858)	
(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)	
(-) Patrocinador(es)	(2.798.859)	(524.779)	
(-) Participantes	(950.493)	(321.409)	
(-) Assistidos	(1.848.366)	(203.371)	
2. Equilíbrio Técnico	-	(936.492)	(100,00%)
2.1. Resultados Realizados	-	(936.492)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(936.492)	
3. Fundos	9.530	8.656	10,10%
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.530	8.656	
4. Exigível Operacional	25.119	18.934	32,67%
4.1. Gestão Previdencial	21.694	16.879	
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.425	2.055	
5. Exigível Contingencial	25.115	50.425	(50,19%)
5.1. Gestão Previdencial	22.675	33.314	
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.440	17.111	

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	100.908	80.744	24,97%
1. Custeio da Gestão Administrativa	83.197	57.283	45,24%
1.1. Receitas	83.197	57.283	45,24%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	8.495	30.026	
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.824	11.500	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	5.035	4.634	
Receitas Diretas	39	7	
Outras Receitas	44.391	543	
Resultado Positivo dos Investimentos	14.413	10.573	
2. Despesas Administrativas	180.028	37.119	385,00%
2.1. Administração Previdencial	21.954	19.790	10,94%
2.1.1. Despesas Comuns	11.409	10.328	10,47%
2.1.2. Despesas Específicas	10.545	9.462	11,44%
Pessoal e Encargos	6.377	5.781	
Viagens e Estádias	117	171	
Serviços de Terceiros	2.261	1.801	
Despesas Gerais	848	662	
Depreciações e Amortizações	187	147	
Contingências	755	900	
2.2. Administração dos Investimentos	16.235	16.592	(2,15%)
2.2.1. Despesas Comuns	7.524	7.413	1,50%
2.2.2. Despesas Específicas	8.711	9.179	(5,10%)
Pessoal e Encargos	4.230	4.429	
Viagens e Estádias	192	235	
Serviços de Terceiros	3.170	3.313	
Despesas Gerais	625	634	
Depreciações e Amortizações	136	118	
Contingências	358	450	
2.3. Reversão de Recurso para o plano de benefício	141.839	2.014	
2.4. Transferência do Fundo de Investimentos do plano de benefício	-	(1.278)	
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(96.831)	20.164	(580,21%)
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	(96.831)	20.164	(580,21%)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	4.077	100.908	(95,96%)

Balço Patrimonial - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	242	696	EXIGÍVEL OPERACIONAL	29.157	6.757
			GESTÃO PREVIDENCIAL	28.201	6.033
REALIZÁVEL	2.819.657	2.296.414	INVESTIMENTOS	956	724
GESTÃO PREVIDENCIAL	92.775	87.964			
GESTÃO ADMINISTRATIVA	48.051	77.756	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.790.742	2.290.353
Participação no Plano PGA	48.051	77.756	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.741.771	2.211.971
INVESTIMENTOS	2.678.831	2.130.694	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.678.674	2.204.656
Títulos públicos	1.151.655	241.923	Benefícios Concedidos	155.893	70.925
Créditos privados e depósitos	239.958	105.231	Benefícios a Conceder	2.522.781	2.133.731
Ações	242.095	21.522			
Fundos de investimentos	748.599	1.550.619	EQUILÍBRIO TÉCNICO	63.097	7.315
Derivativos	8	-	Resultados Realizados	63.097	7.315
Empréstimos e financiamentos	296.516	211.399	Superávit Técnico Acumulado	63.097	7.315
			FUNDOS	48.971	78.382
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	48.051	77.756
			Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	48.051	77.756
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	920	626
TOTAL DO ATIVO	2.819.899	2.297.110	TOTAL DO PASSIVO	2.819.899	2.297.110

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.211.971	1.736.471	27,38%
1. ADIÇÕES	843.231	638.714	32,02%
(+) Contribuições Previdenciais	631.217	577.598	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	212.014	61.116	
2. DESTINAÇÕES	(313.431)	(163.214)	92,04%
(-) Benefícios	(199.026)	(58.074)	
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(78.490)	(71.928)	
(-) Custeio Administrativo	(35.915)	(33.212)	
3 . ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	529.800	475.500	11,42%
(+/-) Provisões Matemáticas	474.018	468.185	
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	55.782	7.315	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	2.741.771	2.211.971	23,95%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	48.971	78.382	(37,52%)
(+/-) Fundos Administrativos	48.051	77.756	
(+/-) Fundos dos Investimentos	920	626	

Demonstração do Ativo Líquido - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. ATIVOS	2.819.899	2.297.110	22,76%
Disponível	242	696	
Recebível	140.826	165.720	
Investimentos	2.678.831	2.130.694	
Títulos públicos	1.151.655	241.923	
Créditos privados e depósitos	239.958	105.231	
Ações	242.095	21.522	
Fundos de investimentos	748.599	1.550.619	
Derivativos	8	-	
Empréstimos e financiamentos	296.516	211.399	
2 .OBRIGAÇÕES	29.157	6.757	331,53%
Operacional	29.157	6.757	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	48.971	78.382	(37,52%)
Fundos Administrativos	48.051	77.756	
Fundos dos Investimentos	920	626	
4 .TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	2.741.771	2.211.971	23,95%
Provisões Matemáticas	2.678.674	2.204.656	
Superávit/Déficit Técnico	63.097	7.315	

Demonstrações das Provisões Técnicas - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4)	2.771.848	2.219.354	24,89%
1. Provisões Matemáticas	2.678.674	2.204.656	21,50%
1.1. Benefícios Concedidos	155.893	70.925	
Contribuição Definida	11.144	2.273	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	144.749	68.652	
1.2. Benefícios a Conceder	2.522.781	2.133.731	
Contribuição Definida	2.349.338	2.005.645	
Saldo de Contas- parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.174.337	1.002.484	
Saldo de Contas- parcela participantes	1.175.001	1.003.161	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	173.443	128.086	
2. Equilíbrio Técnico	63.097	7.315	762,57%
2.1. Resultados Realizados	63.097	7.315	
Superávit Técnico Acumulado	63.097	7.315	
Reserva de Contingência	63.097	7.315	
3. Fundos	920	626	47,00%
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	920	626	
4. Exigível Operacional	29.157	6.757	331,51%
4.1. Gestão Previdencial	28.201	6.033	
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	956	724	

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	77.756	66.427	17,06%
1. Custeio da Gestão Administrativa	50.098	41.994	19,30%
1.1. Receitas	50.098	41.994	19,30%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	35.915	33.212	
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.661	4.086	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.632	1.216	
Receitas Diretas	50	9	
Outras Receitas	234	-	
Resultado Positivo dos Investimentos	6.606	3.471	
2. Despesas Administrativas	79.803	30.665	160,24%
2.1. Administração Previdencial	28.754	25.171	14,23%
2.1.1. Despesas Comuns	14.894	13.121	13,51%
2.1.2. Despesas Específicas	13.860	12.050	15,02%
Pessoal e Encargos	8.325	7.346	
Viagens e Estádias	153	217	
Serviços de Terceiros	2.951	2.290	
Despesas Gerais	1.107	842	
Depreciações e Amortizações	244	187	
Contingências	1.080	1.169	
2.2. Administração dos Investimentos	7.787	5.878	32,48%
2.2.1. Despesas Comuns	3.448	2.431	41,85%
2.2.2. Despesas Específicas	4.339	3.447	25,87%
Pessoal e Encargos	1.939	1.452	
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	
Viagens e Estádias	88	77	
Serviços de Terceiros	1.453	1.086	
Despesas Gerais	286	209	
Depreciações e Amortizações	62	39	
Contingências	511	584	
2.3. Transferência do Fundo de Investimentos do plano de benefício	-	(384)	
2.4. Repasse de Parte de Fundo Administrativo	43.262	-	
3. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2)	(29.705)	11.329	(362,20%)
4. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (3)	(29.705)	11.329	(362,20%)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 4)	48.051	77.756	(38,20%)

Balço Patrimonial - Plano de Gestào Administrativa

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	35	37	EXIGÍVEL OPERACIONAL	193.604	11.272
			GESTÃO ADMINISTRATIVA	193.604	11.272
REALIZÁVEL	278.307	214.781			
GESTÃO ADMINISTRATIVA	86.501	33.878	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	36.155	29.309
INVESTIMENTOS	191.806	180.903	GESTÃO ADMINISTRATIVA	36.155	29.309
Fundos de investimentos	191.806	180.903			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	52.128	178.664
PERMANENTE	3.545	4.427	FUNDOS	52.128	178.664
Imobilizado	3.545	4.427	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	52.128	178.664
TOTAL DO ATIVO	281.887	219.245	TOTAL DO PASSIVO	281.887	219.245

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	178.664	147.171	21,40%
1. Custeio da Gestão Administrativa	133.295	99.276	34,27%
1.1. Receitas	133.295	99.276	34,27%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	44.409	63.238	
Custeio Administrativo dos Investimentos	16.486	15.585	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.667	5.850	
Receitas Diretas	89	16	
Outras Receitas	44.625	543	
Resultado Positivo dos Investimentos	21.019	14.044	
2. Despesas Administrativas	259.831	67.783	283,33%
2.1. Administração Previdencial	50.708	44.962	12,78%
Pessoal e Encargos	31.559	28.650	
Treinamentos/Congressos e Seminários	426	455	
Viagens e Estadias	581	846	
Serviços de Terceiros	11.187	8.931	
Despesas Gerais	4.195	3.283	
Depreciações e Amortizações	925	728	
Contingências	1.835	2.069	
2.2. Administração dos Investimentos	24.022	22.469	6,91%
Pessoal e Encargos	11.633	10.777	
Treinamentos/Congressos e Seminários	183	194	
Viagens e Estadias	527	572	
Serviços de Terceiros	8.717	8.062	
Despesas Gerais	1.719	1.542	
Depreciações e Amortizações	374	288	
Contingências	869	1.034	
2.3. Reversão de Recurso para o plano de benefício	141.839	2.014	
2.4. Transferência do Fundo de Investimentos do plano de benefício	-	(1.662)	
2.5. Repasse de Parte de Fundo Administrativo	43.262	-	
3. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2)	(126.536)	31.493	(501,79%)
4. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (3)	(126.536)	31.493	(501,79%)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 4)	52.128	178.664	(70,82%)



Pareceres

Relatório dos Auditores Independentes PAR 15/021

Aos Administradores, Conselheiros e Participantes do
POSTALIS – Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis do POSTALIS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais dos planos de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma

opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis do Instituto. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

I. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.2, o Instituto possui aplicações em Certificados de Créditos Imobiliários (CCI's) que estão lastreados em contratos de financiamento habitacional do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF). O Instituto requereu judicialmente que o administrador do FCVS proceda ao ressarcimento destas CCI's com base na rentabilidade dos contratos FCVS, o que será apurado por meio de perícia judicial. O saldo contábil dessas aplicações, em 31 de dezembro de 2014, conforme posição do custodiante BNY Mellon, corresponde ao montante de R\$ 166.118 mil. Contudo, em razão do andamento da citada ação judicial, que resultou na impossibilidade de confirmação direta do referido saldo junto ao administrador do FCVS, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos apresentados pelo Instituto e sobre a eventual necessidade de ajuste desses valores naquela data.

II. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3. "a" (Item D – Fundos de Investimentos – Participações), o Instituto possui recursos aplicados no Fundo de Investimento em Participações Mezanino Diamond Mountain Marine Infraestrutura (antigo RN Indústria Naval Fundo de Investimento em Participações), no montante de R\$ 78.733 mil, em 31 de dezembro de 2014, cuja carteira de investimentos está composta unicamente por participação acionária em empresa de capital fechado, avaliada com base em laudo de valor econômico efetuado por empresa independente especializada. Contudo, as premissas e estimativas adotadas na elaboração deste laudo de avaliação econômico podem apresentar distorções relativas aos saldos contabilizados quando da efetiva realização desse investimento. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade ou não de ajustes do saldo deste investimento naquela data.

III. Conforme mencionado na nota explicativa

número 5.1.3. "a" (Item D – Fundos de Investimentos – Dívida Externa), o Instituto possui recursos aplicados no fundo de investimento exclusivo BNY Mellon Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Dívida Externa, registrado por R\$ 124.416 mil, em 31 de dezembro de 2014. A carteira deste fundo está composta unicamente por cotas do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa, que possui aplicações em títulos de dívida privados (Notas – *credit-linked notes*), os quais têm gerado sucessivas perdas ao fundo, com impacto negativo no valor de suas cotas. Não nos foi disponibilizado, pelo BNY Mellon, o acesso às demonstrações contábeis, à administração do fundo e nem aos auditores independentes destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo apresentado pelo Instituto e sobre a necessidade de ajuste desses valores naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do POSTALIS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfases

Nossa opinião não contém ressalva relacionada com os assuntos a seguir mencionados:



I. As demonstrações contábeis do Plano de Benefício Definido Saldado, que são parte integrante das demonstrações contábeis acima referidas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal de suas atividades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rentabilidade dos investimentos ficou significativamente abaixo das metas atuariais estabelecidas. Este fato contribuiu para que fosse apurado, no exercício de 2014, déficit total de R\$ 5.597.718 mil (R\$ 3.001.909 mil em 2013), composto pela Reserva de Tempo do Serviço Anterior (RTSA), pelos déficits técnicos acumulados e pela constituição das provisões matemáticas. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração do Instituto elaborou plano para equacionamento do déficit técnico, o qual foi suspenso em virtude da formalização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme mencionado na nota explicativa número 12.2, o que traz dúvidas quanto à continuidade operacional do Plano de Benefício Definido Saldado. As demonstrações contábeis acima referidas não contemplam ajustes relativos à realização e à classificação dos ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de descontinuidade das atividades.

II. O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, apresentou, em 2013 o saldo de R\$ 1.015.858 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do Plano de Benefício Definido. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Diante disso, na elaboração do Plano de Equacionamento do Déficit de 2014, este montante foi incluído no total do déficit técni-

co a ser equacionado, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, que será coberta pelo aumento das contribuições extraordinárias dos participantes.

III. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6.3, que apresenta, dentre as premissas atuariais utilizadas para determinação das provisões matemáticas, a taxa real de rentabilidade dos investimentos de 5,5% ao ano para os planos de Benefício Definido Saldado (PBD) e Contribuição Variável Postalprev, suportada por estudo técnico que deve ser revisado anualmente para a comprovação da aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. O Conselho Nacional de Previdência Complementar, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, definiu, por meio da Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, novos critérios de apuração da duração do passivo e da taxa real de juros anual, com efeitos a partir de janeiro de 2015, que poderão vir a ser diferentes das taxas atualmente adotadas pelo Instituto.

IV. Conforme mencionado nas notas explicativas números 6.3.1 e 12.2, a Administração do Instituto havia elaborado plano para equacionamento do déficit técnico, com a instituição da cobrança de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, o qual foi suspenso em virtude da formalização, em 28 de maio de 2015, do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e o Postalis, com anuência da patrocinadora Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Este documento estabeleceu a revisão do plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2015, com a cobrança de contribuições extraordinárias a partir do exercício de 2016. Dessa forma, o equacionamento do déficit depende do sucesso das medidas constantes do TAC formalizado entre a Administração do Postalis e a Previc, bem como da aprovação do plano



de equacionamento que será revisado e apresentado até o final do exercício de 2015.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2014, que conteve as mesmas modificações mencionadas no parágrafo “Base para opi-

nião com ressalva”, à exceção dos seguintes assuntos: a) ausência de provisão de títulos privados, vencidos e não recebidos, no valor de R\$ 453.480 mil, cujo provisionamento foi realizado pelo Instituto no decorrer do exercício de 2014; b) limitação sobre o montante de R\$ 76.261 mil de cotas de fundos de investimentos integrantes da carteira do Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado Serengeti Crédito Privado, cujos recursos aplicados foram integralmente resgatados pelo Instituto no exercício de 2014; e c) limitação sobre o montante total dos empréstimos a participantes, no valor de R\$ 936.575 mil, em função do processo de conciliação dos saldos contábeis e relatórios operacionais, que foi finalizado no exercício de 2014.

Brasília, 28 de julho de 2015.



Josias Oliveira Barros Neto
Contador – CRC 009386/O-1
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1



Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC/DF 013421/O-9
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG – 005455/O-1

PARECER ATUARIAL 31/12/2014 PLANO PBD - CNPB Nº 1981.0004-29

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefício Definido do Postalís – PBD relativa ao encerramento do exercício 2014 foi realizada pela Globalprev considerando os dados cadastrais dos participantes ativos e assistidos, e demais dados contábeis, posicionados em 31 de dezembro de 2014.

Os dados cadastrais utilizados foram fornecidos pelo Postalís e os testes de consistência aplicados demonstraram ser suficientes para a realização da Avaliação Atuarial.

Bases Técnicas

A hipótese sobre a rentabilidade real dos investimentos foi reduzida de 5,75% a.a. (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) para 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento).

A rentabilidade dos investimentos, em 2014, totalizou -13,38% (treze inteiros e trinta e oito centésimos por cento negativos), ante a meta atuarial de 12,34% (doze inteiros e trinta e quatro centésimos por cento).

Diante do resultado observado, o Postalís realizou profunda reestruturação da carteira de investimentos, de forma que os testes de aderência realizados sobre a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos anos demonstraram viabilidade técnica na escolha da hipótese de rentabilidade real adotada (5,5% a.a.).

Entretanto, caso o retorno dos investimentos se mantenha significativamente abaixo da meta atuarial, será necessária a redução da hipótese sobre a rentabilidade real, com consequentes reflexos nos resultados do PBD.

Neste contexto, cabe observar que a Política de Investimentos é elaborada sob responsabilidade do Postalís, cabendo à Globalprev a verificação da hipótese de rentabilidade resultante da alocação estabelecida e das taxas de retorno

projetadas em função de cenários macroeconômicos elaborados por especialista em gestão financeira.

A hipótese sobre desligamentos de participantes (rotatividade), aplicável aos participantes com idade até 48 anos, foi reduzida de 2,16% a.a. para 1% a.a. em razão das ocorrências observadas a partir do saldamento realizado em 1º/03/2008.

A hipótese sobre a inflação foi elevada de 5,49% a.a. para 5,85% a.a. em consonância com a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos exercícios, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

Entretanto, mesmo com a elevação do referido estimador a hipótese está situada abaixo da estimativa da inflação divulgada pelo Banco Central do Brasil, de 6,09% a.a..

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial de encerramento do exercício 2014 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Postalís, em 26/02/2015.

RTSA

Conforme orientação do Postalís, consideramos que não haverá integralização da Provisão Matemática a constituir relativa ao Serviço Passado – RTSA, no valor de R\$ 1.086.098.362,68 (um bilhão, oitenta e seis milhões, noventa e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), posicionado em 31/12/2014.

Reversão do PGA

Consideramos a reversão dos valores de custeio administrativo descontados dos aportes da RTSA, cujo saldo totaliza R\$ 136.494.201,49 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e um reais e quarenta e nove centavos).

A reversão do referido montante (R\$ 136.494.201,49) será realizada em 58 (cinquenta e oito) parcelas mensais (janeiro/2015 a outubro/2019), nos termos aprovados pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

Resultados

Os resultados apurados refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 5.155.156.977,55, posicionada em 31/12/2014, conforme demonstrado no quadro, a seguir:

PBD – PROVISÕES MATEMÁTICAS – 31/12/2014	
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.018.662.776,06
Reversão do PGA	136.494.201,49
Patrimônio de Cobertura do Plano Ajustado	5.155.156.977,55
Provisões Matemáticas	5.155.156.977,55
Benefícios Concedidos	5.005.092.729,87
Benefícios a Conceder	5.747.782.221,96
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-5.597.717.974,28
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-5.597.717.974,28
Patrocinadores	-2.798.858.987,14
Participantes	-950.492.512,03
Assistidos	-1.848.366.475,11

Até 31/12/2014, o PBD acumulou déficit (equacionado + a equacionar) no total de R\$ 5.734.212.175,77, sendo R\$ 2.233.275.282,44 produzidos até o encerramento do exercício 2013 e R\$ 3.500.936.893,33 ao longo do exercício 2014.

Em razão da previsão da reversão dos valores de custeio administrativo descontados dos aportes da RTSA (R\$ 136.494.201,49), o montante considerado na revisão do Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalís foi de R\$ 5.597.717.974,28.

A parcela do déficit acumulada no exercício

2014 (R\$ 3.500.936.893,33) é justificada pelo impacto da alteração da hipótese sobre a Rentabilidade Real dos Investimentos, das hipóteses de Rotatividade e Capacidade dos Benefícios e, especialmente, pela supressão dos aportes da RTSA e pela rentabilidade dos investimentos, que se manteve significativamente abaixo da meta atuarial.

Plano de Custeio 2015

O Plano de Custeio 2015, a ser aplicado entre abril/2015 e março/2016, apresenta as seguintes taxas:

PBD – PLANO DE CUSTEIO 2015		
Participantes/Patrocinadores	Contribuição	Taxa (%)
Participantes Patrocinados	Extraordinária ⁽¹⁾	25,98%
Participantes Autopatrocinados e Vinculados	Extraordinária ⁽¹⁾	51,96%
Assistidos	Normal ⁽²⁾	9,00%
	Extraordinária ⁽²⁾	25,98%
Patrocinadores (em relação aos Participantes Patrocinados)	Extraordinária ⁽³⁾	25,98%
	Normal ⁽⁴⁾	9,00%
Patrocinadores (em relação aos Assistidos)	Extraordinária ⁽⁴⁾	25,98%

(1) Incidente sobre os valores dos Benefícios Proporcionais Saldados a conceder;

(2) Incidente sobre os valores dos benefícios concedidos;

(3) Incidente sobre a soma dos Benefícios Proporcionais Saldados a conceder;

(4) Incidente sobre a folha dos benefícios concedidos, dos Assistidos vinculados ao Patrocinador.



O custeio administrativo, se realizado de forma mista (incidindo sobre as contribuições normais e, mensalmente, sobre o montante de recursos garantidores), deverá ser praticado com base nos seguintes percentuais:

10% (dez por cento) das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos;

0,072% (setenta e dois milésimos por cento) sobre os recursos garantidores.

Caso o custeio administrativo seja realizado ex-

clusivamente pela aplicação de percentual de desconto sobre o montante de recursos garantidores, deverá ser considerado o percentual de 0,081% (oitenta e um milésimos por cento).

Conclusão

Os resultados da Avaliação Atuarial 2014 refletem fidedignamente a situação econômico-atuarial do PBD, posicionada em 31/12/2014.

É o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2015.



Cristina Milagres Gomes da Silva
Atuária- MIBA 1263

PARECER ATUARIAL 31/12/2014

PLANO POSTALPREV - CNPB Nº 2002.0047-65

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios e de Custeio do Postalís (“Postalprev”) relativa ao encerramento do exercício 2014 foi realizada pela Globalprev considerando os dados cadastrais dos participantes ativos, dos assistidos e demais dados contábeis posicionados em 31 de dezembro de 2014.

Os referidos dados foram fornecidos pelo Postalís e os testes de consistência aplicados demonstraram suficiência para a realização da Avaliação Atuarial.

Contribuições dos Participantes e Patrocinadores

O total das contribuições dos participantes ativos, assistidos e dos patrocinadores para o Postalprev corresponde a 10,96% (dez inteiros e noventa e seis centésimos por cento) da folha de salários de contribuição.

O valor do custeio administrativo corresponde a 0,768% (setecentos e sessenta e oito milésimos por cento) da folha de salários de contribuição, equivalente a 7% (sete por cento) das contribuições básicas vertidas ao Plano.

Bases Técnicas

A hipótese sobre desligamentos de participantes (rotatividade) foi reduzida de 4,32% a.a. para: 3,62% a.a. para os participantes com idades inferiores a 48 anos; e 0,58% para participantes com idades superiores. A modificação se deu em razão das ocorrências observadas entre os exercícios 2009 e 2014.

A hipótese sobre crescimento real de salários foi ajustada de 2,90% a.a. para 3,46% a.a., tendo-se por base a Política de Recursos Humanos dos Patrocinadores.

A hipótese sobre a inflação foi elevada de 5,49% a.a. para 5,85% a.a., em consonância

com a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos exercícios, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

Entretanto, mesmo com a elevação da estimativa, a hipótese está situada abaixo da inflação projetada pelo Banco Central do Brasil para 2015 (6,09%).

A hipótese sobre a rentabilidade real dos investimentos (taxa de juros atuarial) foi mantida em 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento).

A rentabilidade dos investimentos, em 2014, totalizou 5,46% (cinco inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), ante a meta atuarial de 12,07% (doze inteiros e sete centésimos por cento).

Em razão dos baixos resultados observados no exercício 2014 – assim como no exercício 2013, o Postalís realizou profunda reestruturação da carteira de investimentos, de forma que os testes de aderência efetuados sobre a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos anos demonstraram viabilidade técnica na manutenção da hipótese de rentabilidade real adotada (5,5% a.a.).

Entretanto, caso o retorno dos investimentos se mantenha significativamente abaixo da meta atuarial, será necessária a redução da hipótese sobre a rentabilidade real, com consequentes reflexos nos resultados do Postalprev.

Cabe observar que a Política de Investimentos é elaborada sob responsabilidade do Postalís, cabendo à Globalprev a verificação da hipótese de rentabilidade resultante da alocação estabelecida e das taxas de retorno projetadas em função de cenários macroeconômicos elaborados por especialista em gestão financeira.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial de



encerramento do exercício 2014 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Postalís, em 26/02/2015.

Resultados

A evolução do Postalprev ao longo do exercício de 2014 resultou em superávit de R\$ 63.097.205,01, equivalente a 2,36% (dois inteiros e trinta e seis centésimos por cento) das provisões matemáticas, conforme quadro a seguir:

POSTALPREV – PROVISÕES MATEMÁTICAS – 31/12/2014	
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.741.771.380,58
Provisões Matemáticas	2.678.674.175,57
Benefícios Concedidos	155.893.460,07
Benefícios a Conceder	2.522.780.715,50
Superávit Técnico Acumulado	63.097.205,01

Apesar de a rentabilidade dos investimentos ter sido inferior à meta atuarial (5,46% *versus* 12,07%), em função da modalidade contribuição variável na qual o Postalprev é estruturado, o resultado apurado no exercício foi superavitário (R\$ 63.097.205,01).

Este superávit é explicado, em parte, pelos excedentes de resgates pagos a ex-participantes e pela sinistralidade (invalidez e morte de participantes ativos) inferior às estimativas consideradas para o exercício.

Entretanto, consideramos a possibilidade de que parte do resultado tenha decorrido da metodologia adotada para apuração dos valores das cotas, cuja revisão recomendamos por meio do expediente GPA042/2014-002, de 08/01/2014.

Nesse sentido, realçamos a importância de que a nova metodologia proposta seja implantada ainda no exercício 2015, a fim de assegurar maior estabilidade de resultados e maior segurança na aplicação do Plano.

Ainda que não tenha comprometido os resultados do Postalprev, a baixa rentabilidade afetou as acumulações nas contas individuais de participantes.

Caso a rentabilidade se mantenha em patamares inferiores à meta atuarial e a sinistralidade estimada para o presente exercício se aproxime das ocorrências, haverá tendência de elevação das contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco (contribuição específica).

Ademais, se verificará elevado potencial de déficits nos benefícios concedidos, cujo equacionamento poderá exigir a instituição de contribuições extraordinárias.

Não bastasse, o prolongado rebaixamento da capitalização nas contas individuais poderá resultar em benefícios programados de valores insuficientes para atender às necessidades previdenciárias dos participantes e beneficiários.

Ciente desses problemas e comprometida com o aprimoramento de gestão, a fim de interromper o ciclo de baixa rentabilidade observado entre os exercícios 2013 e 2014, a direção do Postalís adotou medidas incisivas destinadas a recuperar o resultado dos investimentos, aproximando-o da necessidade técnica (meta atuarial).

Portanto, os resultados dos investimentos obtidos a partir do exercício 2015 devem ser acompanhados e verificada sua aderência à Política de Investimento, de maneira que eventual necessidade de revisão da hipótese de rentabilidade real adotada (de 5,5% a.a.) seja prontamente identificada.

Plano de Custeio 2015

O Plano de Custeio 2015, a ser aplicado entre abril/2015 e março/2016, apresenta as seguintes taxas:

POSTALPREV – PLANO DE CUSTEIO 2015/2016		
Participantes/Patrocinadores	Contribuição	Taxa (%)
Participantes Patrocinados	Básica	% escolhido
	Específica- Risco	0,955%
	Específica- Administrativa	7,000%
Participantes Autopatrocinados	Básica	% escolhido
	Específica- Risco	1,910%
	Específica- Administrativa	7,000%
Participantes Vinculados (em BPD)	Específica- Administrativa	0,768%
Assistidos	Específica- Administrativa	0,384%
Patrocinadores (em relação aos Participantes Patrocinados)	Regulares	igual Básica
	Específica- Risco	0,955%
	Específica- Administrativa	7,000%
Patrocinadores (em relação aos Assistidos)	Específica- Administrativa	0,384%

Conclusão

Os resultados da Avaliação Atuarial 2014 refletem fidedignamente a situação econômico-atuarial do Postalprev, existente em 31/12/2014.

É o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2015.



Cristina Milagres Gomes da Silva
Atuária- MIBA 1263

Parecer nº 06/2015 do Conselho Fiscal do POSTALIS

O Conselho Fiscal do Instituto POSTALIS, em cumprimento ao inciso I do Art. 55 do Estatuto do Instituto, examinou em sua 52ª Reunião Extraordinária, as Demonstrações Contábeis e Notas explicativas pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, disponibilizadas pela Diretoria Executiva do Postalís, bem como os pareceres da Consultoria Atuarial *GlobalPrev* e da *Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes*, com o seu respectivo relatório, com vistas à emissão deste Parecer, em cumprimento à Instrução MPS/SPC Nº 34/2009, alterada pela Instrução PREVIC Nº 21/2015, documentos esses que integram a ata da citada reunião.

I – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial Consolidado - O Balanco Patrimonial Consolidado registra superávit técnico no exercício de 2014 de R\$63.097 mil (sessenta e três milhões noventa e sete mil).

Plano PBD - O Plano PBD apresentou equilíbrio técnico, já considerando o déficit técnico equacionado no montante de R\$5.597.718 mil (cinco bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, setecentos e dezoito mil).

Plano Postalprev - O Plano Postalprev apresentou superávit técnico acumulado de R\$63.097 mil (sessenta e três milhões noventa e sete mil).

Plano PGA - A demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidado registra uma insuficiência de R\$ 126.536 mil (cento e vinte e seis milhões e quinhentos e trinta e seis mil). Deste valor, no PBD, representa R\$ 96.831 mil (noventa e seis milhões e oitocentos e trinta e um mil), enquanto que no Postalprev a insuficiência é de R\$ 29.705 mil (vinte e nove milhões e setecentos e cinco mil).

II – DO RELATÓRIO ATUARIAL

Em que pese o superávit acumulado consolidado de R\$63.097 mil (sessenta e três milhões

noventa e sete mil), destaca-se do Parecer Atuarial da *Globalprev* que o Plano PBD apresentou no exercício de 2014 um déficit técnico de R\$3.500.936.893,33 (três bilhões, quinhentos milhões, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) e no acumulado Déficit de R\$5.597.717.974,28 (cinco bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, setecentos e dezessete mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos). Destaca-se do Relatório o registro de reversão dos valores do custeio administrativo descontados dos aportes da RTSA, cujo saldo totaliza R\$ 136.494. 201,49 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e um reais e quarenta e nove centavos).

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Na avaliação deste Conselho o resultado apurado no Plano PBD em 2014 foi fortemente impactado pela: a) rentabilidade negativa dos investimentos de -13,38% ante uma meta atuarial de 12,34%; b) inclusão do montante relativo à RTSA no déficit técnico, considerado por este Conselho indevido; c) absorção do déficit equacionado anteriormente no cômputo do novo equacionamento. Em relação ao Plano Postalprev, registra-se que embora a rentabilidade alcançada tenha sido de 5,46%, esta foi bem inferior à meta atuarial de 12,10%.

III – DOS RELATÓRIOS DE AUDITORES INDEPENDENTES

III. A – DAS RESSALVAS

RESSALVA 1

“ 1. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.2, o Instituto possui aplicações em *Certificados de Créditos Imobiliários (CCI's)* que estão lastreados em contratos de financiamento habitacional do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF). O Instituto requereu judicialmente que o administrador do FCVS proceda ao ressarcimento destas CCI's com

base na rentabilidade dos contratos FCVS, o que será apurado por meio de perícia judicial. O saldo contábil dessas aplicações, em 31 de dezembro de 2014, conforme posição do custodiante BNY Mellon, corresponde ao montante de R\$ 166.118 mil. Contudo, em razão do andamento da citada ação judicial, que resultou na impossibilidade de confirmação direta do referido saldo junto ao administrador do FCVS, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos apresentados pelo Instituto e sobre a eventual necessidade de ajuste desses valores naquela data.”

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este Conselho Fiscal acompanha a ressalva feita pela Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes, registrando ainda que a não confirmação direta do saldo junto ao administrador do FCVS é fato reincidente quando comparado com o exame das contas de 2013, o que, na avaliação deste Conselho, agrava a situação. Além disso, durante os trabalhos dos auditores independentes, consta que não lhes foi apresentado qualquer estudo ou análise acerca da recuperabilidade dos valores que, em dezembro de 2014, correspondem ao montante de R\$ 166.118 mil. Esse investimento refere-se ao Plano PBD.

RESSALVA 2

“II. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3.“a” (Item D – Fundos de Investimentos – Participações), o Instituto possui recursos aplicados no Fundo de Investimento em Participações Mezanino Diamond Mountain Marine Infraestrutura (antigo RN Indústria Naval Fundo de Investimento em Participações), no montante de R\$ 78.733 mil, em 31 de dezembro de 2014, cuja carteira de investimentos está composta unicamente por participação acionária em empresa de capital fechado, avaliada com base em laudo de valor econômico efetuado por empresa independente especializada. Contudo, as premissas e estimativas adotadas na elaboração deste laudo de avaliação econômico podem apresentar distorções relativas aos saldos contabilizados quando da efetiva realização desse investimento. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade ou não de ajustes do saldo deste investimento naquela data.”

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este conselho acompanha a ressalva feita pelos Auditores Independentes, registrando ainda que o fato é reincidente quando comparado com o exame das contas de 2013 o que, na avaliação deste Conselho, agrava a situação, uma vez que decorrido mais 1 (um) exercício o Postalis continua sem ter uma avaliação consistente acerca do saldo do citado investimento. Esse investimento refere-se ao Plano PBD.

RESSALVA 3

“III. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3.“a” (Item D – Fundos de Investimentos – Dívida Externa), o Instituto possui recursos aplicados no fundo de investimento exclusivo BNY Mellon Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Dívida Externa, registrado por R\$ 124.416 mil, em 31 de dezembro de 2014. A carteira deste fundo está composta unicamente por cotas do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa, que possui aplicações em títulos de dívida privados (Notas – credit-linked notes), os quais têm gerado sucessivas perdas ao fundo, com impacto negativo no valor de suas cotas. Não nos foi disponibilizado, pelo BNY Mellon, o acesso às demonstrações contábeis, à administração do fundo e nem aos auditores independentes destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo apresentado pelo Instituto e sobre a necessidade de ajuste desses valores naquela data.”

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este conselho acompanha a ressalva feita pelos Auditores Independentes, registrando ainda que o fato é reincidente quando comparado com o exame das contas de 2013 o que, na avaliação deste Conselho, agrava a situação, uma vez que decorrido mais 1 (um) exercício o Postalis continua sem ter uma avaliação consistente acerca do saldo do referido investimento, dado que a prática se repete com relação ao BNY Mellon, não permitindo “acesso às demonstrações contábeis, à administração do fundo e nem aos auditores independentes destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2014”. E conclui



a Baker Tilly Auditores Independentes: “Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo apresentado pelo Instituto e sobre a necessidade de ajuste desses valores naquela data”. Esse investimento refere-se ao Plano PBD.

RESSALVA 4

Fazendo-se referência ao item 6 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que examina a integridade dos relatórios operacionais, assunto esse já ressalvado nas contas de 2013, e no presente, pelo fato de não ter sido possível aos Auditores Independentes avaliarem se as ocorrências apresentadas foram solucionadas até o fechamento do ano de 2014, em que pese as informações prestadas pela Diretoria do Postalís, este conselho mantém o ponto como RESSALVA. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

RESSALVA 5

Quanto ao item 7 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que trata da ausência de cronogramas formais com os Administradores dos Fundos de Investimento para fins de apresentação de seus respectivos Relatórios de Auditoria, dos quais, são citados 23 pelos Auditores Independentes que não apresentaram os respectivos relatórios de auditoria. Só nesses 23 Fundos o montante de investimentos supera o valor de R\$ 1,3 bilhões. Dada a relevância das auditorias para o fechamento do patrimônio desses Fundos e, conseqüentemente, das contas do Postalís. Este conselho registra RESSALVA, contando com a solução aventada pela Diretoria para o exercício de 2015. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

RESSALVA 6

Quanto ao que foi tratado no item 10 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, referente à RTSA, os Auditores Independentes consideram o ponto como regularizado, pela simples conversão em déficit técnico da dívida não

contratada, dado que a Patrocinadora-ECT suspendeu o repasse das parcelas da competência de março/2014 por recomendação do DEST/MP. A motivação para esta ressalva decorre da convicção deste Conselho no sentido de que, tendo por base toda a documentação anteriormente aprovada e existente no âmbito do Postalís e da ECT, os valores relativos à RTSA se enquadram como serviço passado e, portanto, são de responsabilidade da Patrocinadora-ECT. Este posicionamento é corroborado, e fundamenta-se também, pelo fato de a matéria encontrar-se em fase de discussão judicial, em ação promovida pelo Postalís contra a ECT. (Refere-se ao Plano PBD).

RESSALVA 7

No que refere o item 11 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que diz respeito ao cronograma de fechamento contábil das contribuições cuja demonstração apresentada no citado documento, aponta uma divergência de R\$ 4.471.226,05, entre os valores contábeis e arrecadados. A deficiência de controle é relevante na medida em que gera insegurança em relação à contabilização da entrada dos recursos coletados. Portanto, este Conselho registra RESSALVA para o referido ponto, contando com a solução no decorrer do exercício de 2015. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

RESSALVA 8

Relativamente ao item 12 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que trata da Imparidade dos Investimentos, são relacionados pelos Auditores Independentes 17 Fundos que não apresentaram relatórios de auditoria e, conseqüentemente, não comprovaram ter realizado testes de imparidade. É ponto relevante na medida em que os valores apresentados podem não corresponder ao real patrimônio e, com isso, comprometer a acuracidade das contas. Diante disso, este Conselho registra o ponto como RESSALVA. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

III. B – DAS ÊNFASES

ÊNFASE 1

I. As demonstrações contábeis do Plano de Benefício Definido Saldado, que são parte integrante das demonstrações contábeis acima referidas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal de suas atividades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rentabilidade dos investimentos ficou significativamente abaixo das metas atuariais estabelecidas. Esse fato contribuiu para que fosse apurado, no exercício de 2014, déficit total de R\$ 5.597.718 mil (R\$ 3.001.909 mil em 2013), composto pela Reserva de Tempo do Serviço Anterior (RTSA), pelos déficits técnicos acumulados e pela constituição das provisões matemáticas. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração do Instituto, para equacionamento do déficit técnico, instituiu a cobrança de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, cujo fluxo futuro de contribuições é fundamental para cumprimento do custeio aprovado. Essas demonstrações contábeis não contemplam ajustes relativos à realização e à classificação dos ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de descontinuidade das atividades.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este Conselho endossa a ênfase dos Auditores Independentes, qual seja: “Essas demonstrações contábeis não contemplam ajustes relativos à realização e à classificação dos ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de descontinuidade das atividades.”. Refere-se ao Plano PBD.

ÊNFASE 2

II. O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA apresentou, em 2013 o saldo de R\$ 1.015.858 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do Plano de Benefício Definido. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração

do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Diante disso, na elaboração do Plano de Equacionamento do Déficit de 2014, este montante foi incluído no total do déficit técnico a ser equacionado, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, que será coberta pelo aumento das contribuições extraordinárias dos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Esta ênfase foi enquadrada como RESSALVA 6 neste relatório.

ÊNFASE 3

III. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6.3, que apresenta, dentre as premissas atuariais utilizadas para determinação das provisões matemáticas, a taxa real de rentabilidade dos investimentos de 5,5% ao ano para os planos de Benefício Definido Saldado (PBD) e Contribuição Variável Postalprev, suportada por estudo técnico que deve ser revisado anualmente para a comprovação da aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. O Conselho Nacional de Previdência Complementar, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, definiu, por meio da Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, novos critérios de apuração da duração do passivo e da taxa real de juros anual, com efeitos a partir de janeiro de 2015, que poderão vir a ser diferentes das taxas atualmente adotadas pelo Instituto.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este Conselho endossa a ênfase dos Auditores Independentes.

IV – DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014

Além dos pontos já destacados no presente Pa-



recer, onde foram considerados dados extraídos das Notas Explicativas elaboradas pelo Postalís, o Conselho Fiscal faz complementarmente os seguintes apontamentos:

Subitem 3.3.2 Créditos Privados e Depósitos: foram mencionadas apenas as provisões para perdas do Plano BD, omitindo-se as relativas ao Postalprev, que registram, segundo cálculos deste Conselho, um valor de R\$ 139.858.338,20 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos), acumulado até dezembro de 2014.

Subitem 3.3.4 Fundos de Investimentos: em face da inexistência de comentários acerca do desempenho dos Fundos de Investimentos no resultado dos Planos PBD e Postalprev, foi encaminhada ao Diretor Presidente do Postalís a CT/COF-2015/0040, em 16/07/2015, solicitando informações sobre os impactos da referida carteira no resultado dos Planos PBD e Postalprev. Até o fechamento do presente Parecer, este Conselho não havia recebido as informações solicitadas.

Subitem 3.7 Equacionamento do Déficit, alínea “a”: diante das dúvidas surgidas em relação aos registros contábeis relativos ao equacionamento do déficit do Plano PBD, foi encaminhada ao Diretor Presidente do Postalís a CT/COF-2015/0038, em 13/07/2015, solicitando posicionamento sobre oito questões. Por meio da CT/PRE-158/2015, o Diretor-Presidente do Postalís encaminhou posicionamento parcial sobre as questões levantadas. Ambos os expedientes constam em anexo ao presente Parecer.

V – DA OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO CGPC Nº 26/2008

O Art. 3º da Resolução CGPC Nº 26/2008 é explícito no sentido de que *“a apuração do resultado do plano de benefícios de caráter previdenciário dar-se-á mediante o levantamento de suas demonstrações contábeis e de sua avaliação atuarial, ao final de cada exercício, coincidente com o ano civil”*.

O Art. 28º da mesma Resolução, por sua vez, não deixa dúvidas no sentido de que o plano de equacionamento deve ser elaborado e aprovado *“a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário”*.

A correta aplicação destes artigos obrigaria a que, analisando o caso do Plano PBD, a aprovação de um plano de equacionamento que considerasse o resultado apurado no encerramento do exercício de 2014, necessariamente, teria que ocorrer no exercício de 2015.

No âmbito dos trabalhos de análise das contas do exercício de 2014, este Conselho se deparou com algumas dificuldades na compreensão dos registros afetos ao equacionamento do déficit, tratado no subitem 3.7 das Notas Explicativas.

O subitem 3.7 das Notas Explicativas menciona que, em decorrência do déficit técnico apurado de R\$ 5,6 bilhões, foi instituída contribuição extraordinária de 3,94% entre as competências de novembro/2014 a março/2015 e de 25,98% para as competências de abril/2015 a junho/2030, com base no relatório técnico de Plano de Equacionamento do Déficit GPA-128/2015-002.

A redação do mencionado documento dá a entender que o plano de equacionamento foi aprovado em data anterior a novembro de 2014, pois, do contrário, não haveria porque mencionar esta competência. Por outro lado, informa que a medida foi adotada com base em um relatório da consultoria atuarial, cuja numeração é 2015. É importante ressaltar que outras publicações do Postalís e da ECT também informam que o Plano de equacionamento foi aprovado em 2015.

Foi em função da falta de clareza das Notas Explicativas que, por meio da CT/COF-2015/0038, entre outros questionamentos, este Conselho solicitou que o Postalís informasse qual a data formal de aprovação do plano de equacionamento.

Como resposta, o Postalís listou três reuniões do COD, ocorridas em 23/12/2014, 28/01/2015

e 05/03/2015, sem mencionar, explicitamente, em que ocasião se deu a aprovação do plano de equacionamento.

Qualquer que seja, todavia, a efetiva data de aprovação do plano de equacionamento, a correta observância da Resolução CGPC Nº 26/2008 levaria a diferentes lançamentos no Balanço Patrimonial do Plano PBD e, por consequência, no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que, na hipótese do equacionamento ter sido apro-

vado em 2014, o respectivo plano deveria considerar o resultado apurado ao término de 2013. Por outro lado, se o equacionamento foi efetivamente aprovado em 2015, não poderia constar como já equacionado em 2014.

A tabela a seguir apresenta os diferentes lançamentos que deveriam ser feitos em cada uma das situações comparados com os constantes do Balanço Patrimonial submetido à análise deste conselho:

Lançamento	Balanço PBD apresentado	Hipótese de equacionamento 2014	Hipótese de equacionamento 2015
Provisões Matemáticas a Constituir			
(-) Déficit Equacionado	5.597.718	1.986.051 (1.049.559 + 936.492)	1.049.559
Resultado Realizado			
(-) Déficit Téc. Acumulado	0	3.611.667	4.548.159

Constata-se, portanto, que a correta observância das disposições constantes da Resolução CGPC Nº 26/2008, seja com o plano de equacionamento aprovado em 2014 ou em 2015, determinaria lançamentos diferentes dos apresentados no Balanço Patrimonial submetido à análise do COF.

Outro aspecto exigido pela Resolução CGPC Nº 26/2008, cujo atendimento não foi evidenciado ao COF é o previsto no Art. 28, § 2º, que condiciona a aprovação do plano de equacionamento pelo Conselho Deliberativo à observância do disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 (as alterações no plano de benefícios que impliquem elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle referido no caput). No entender deste Conselho, o requisito ora lembrado se constitui em condição formal para que o plano de equacionamento produza seus efeitos.

VI – DA OPINIÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE – BAKER TILLY

Em seu Relatório PAR 15/021, os Auditores Inde-

pendentes registram a seguinte opinião:

“Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do POSTALIS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.”

VII – PARECER DO COF

Plano de Gestão Administrativa – PGA: conclui-se com base nos documentos examinados por opinar favoravelmente que o Conselho Deliberativo aprove as demonstrações contábeis do exercício de 2014 deste Plano.

Plano Postalprev: conclui-se com base nos do-

cumentos examinados por opinar favoravelmente que o Conselho Deliberativo aprove as demonstrações contábeis do exercício de 2014 deste Plano, exceto quanto aos efeitos financeiros e econômicos não possíveis de serem mensurados, provenientes das ressalvas registradas neste Parecer.

Plano PBD: considerando:

a) que as ressalvas registradas neste parecer, sobretudo as reincidentes com relação a parecer do exercício anterior, mormente as que impactam a exatidão dos valores relativos ao patrimônio de fundos de investimentos quanto a efeitos financeiros e econômicos não passíveis de serem mensurados, que por consequência, não proporcionam a devida segurança em relação à fidedignidade dos dados contabilizados;

b) que não nos foi evidenciada a correta observância das disposições constantes da Resolução CGPC Nº 26/2008, com possíveis não conformidades nos lançamentos feitos no Balanço Patrimonial do PBD;

c) Que, em relação à RTSA, conforme reiterados posicionamentos deste Conselho em suas atas de reunião ao longo dos últimos meses, não há como acolher tecnicamente a simples transformação de uma dívida historicamente reconhecida pela patrocinadora, a título de Serviço

Passado, em déficit técnico a ser equacionado paritariamente com participantes e assistidos. Além disso, a ausência de qualquer evidência no sentido de que os administradores do Postalís adotaram tempestivamente a providência prescrita no Art. 62, §2º, do Decreto 4.942/2003, indica um tratamento simplório da questão em claro prejuízo aos participantes e assistidos. O não acionamento judicial da patrocinadora no prazo determinado pelo mencionado Decreto, certamente, facilitou a tomada de decisão, quando do equacionamento do déficit, alterando o enquadramento de serviço passado (RTSA) para déficit técnico e acarretando um significativo aumento do valor a equacionar paritariamente.

Por todo o exposto, este Conselho por unanimidade é de opinião desfavorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo das demonstrações contábeis do Plano PBD referentes ao exercício de 2014.

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Postalís

Considerando a relevância do Plano PBD nas demonstrações consolidadas do Instituto, este Conselho por unanimidade é de opinião desfavorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo das Demonstrações Contábeis do Postalís referentes ao exercício de 2014.

Brasília/DF, 21 de julho de 2015.


REGINALDO CHAVES DE ALCANTARA
Presidente


ANGELO SARAVIA DONGA
Membro Efetivo


JULIANO ARMSTRONG ARNOSTI
Membro Efetivo


JÚLIO VICENTE LOPES
Membro Efetivo

Aditamento ao Parecer nº 06/2015 do Conselho Fiscal do POSTALIS

O Conselho Fiscal do Instituto POSTALIS, em cumprimento ao Inciso I do Art. 55 do Estatuto do Instituto, examinou em sua 56ª Reunião Extraordinária, os documentos recebidos nesta reunião, constantes das correspondências, a saber: a) Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva de 22.07.2015 e anexos; b) CT/PRE – 169/2015 de 28.07.2015 e anexos; c) CI/DFI-2015/0104 de 22.07.2015 e CI/DFI-2015/0103 de 22.07.2015; d) CI-DSE/2015-117 de 23/07/2015. De posse da citada documentação, passamos à manifestação deste Conselho, destacando os pontos ajustados ou complementados nas Notas Explicativas, no Relatório da BAKER TILLY e o teor de outros documentos, emitidos em resposta a consultas feitas pelo COF tendo em vista a emissão do parecer relativo às contas de 2014, a saber:

I – Quanto ao item **“3.7 Equacionamento do Déficit”** das Notas Explicativas, o ajuste feito na sua redação deu mais clareza ao entendimento do assunto, entretanto não trouxe elementos que pudessem alterar a essência da manifestação constante do Parecer nº 06/2015;

II – Item **“12.2. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC”**, esta complementação registra a assinatura do TAC, o que não constava das notas explicativas examinadas anteriormente, mas que não interfere no Parecer nº 06/2015;

III – Relatório da Baker Tilly, **“Ênfase VI”** – a inclusão desta ênfase registra a assinatura do TAC, o que não constava do Relatório dos auditores independentes, examinado anteriormente, e dada a sua pertinência, este Conselho a acolhe como ÊNFASE 4.

IV - CT/PRE – 169/2015 de 28.07.2015 – este

Conselho tomou conhecimento dos esclarecimentos prestados na referida carta, relativas à RTSA, que evidencia o esforço desenvolvido pela Diretoria do Postalís com vistas a buscar a continuidade dos repasses correspondentes junto à Patrocinadora-ECT, especialmente quando se lê a afirmação constante do 2º parágrafo da CT/PRE nº 080/2014 de 20/05/2014, do Postalís à ECT, que menciona: *“Ressalte-se que a referida inadimplência impõe a realização de desinvestimentos para cumprimento das obrigações do plano de benefícios bem como ensejará a propositura da execução judicial do débito no prazo de até 90 (noventa) dias, como determina o mesmo dispositivo legal”*, referindo-se ao Artigo 62 do Decreto nº 4.942/2003, o que corrobora a posição destacada no Parecer nº 06/2015 deste Conselho. A ausência do Termo de Compromisso (contrato) assinado entre o Postalís e a ECT pode, de fato, ter retardado o ajuizamento de ação dentro do referido prazo, mas cabe destacar que a não formalização, foi objeto de registro contínuo do Conselho Fiscal, como pendência a ser regularizada pelo Postalís, antes mesmo de ter havido a suspensão do repasse da RTSA. Isso posto, em que pese providências administrativas que antecederam ao ajuizamento da ação, em observância aos normativos existentes, este Colegiado mantém a essência do seu posicionamento, firmado no Parecer nº 06/2015.

V - CI/DFI-2015/0104 de 22.07.2015 – o Conselho toma conhecimento das manifestações da DFI, acolhendo os esclarecimentos prestados.

VI - CI/DFI-2015/0103 de 22.07.2015 – em que pese a manifestação da DFI, continua pendente a essência do que foi solicitado, ou seja, a informação objetiva acerca do *“impacto causado, seja negativo ou positivo, pelos Fundos*



de Investimentos nos respectivos planos PBD e PostalPrev”.

VII - CI-DSE/2015-117 de 23/07/2015 – embora na alínea “d” desta correspondência a DSE argumente que o Art.4º, parágrafo único, da Lei Complementar 108/2001 trate de planos de benefícios, o que é correto quando analisado isoladamente, a remissão a esse

dispositivo legal é feita, no caso, pelo Art.28º da Resolução CGPC 26/2008, cujo objeto é o equacionamento de déficit, de onde se conclui que a exigência prescrita na LC 108/2001 deve ser observada nas situações em pauta, pois do contrário não se justificaria a referida remissão. Logo, a manifestação da DSE não altera o entendimento deste Conselho exarado no Parecer nº 06/2015.

Manifestação do Conselho Fiscal

I – DAS RESSALVAS

Mantido na íntegra as ressalvas apresentadas no Parecer nº 06/2015, exceto a até então considerada RESSALVA 7, em decorrência do esclarecimento prestado pela Gerência de Contabilidade, conforme CI/DAD/GCN/2015-0004 de 30/07/2015. O assunto será acompanhado regularmente pelo Conselho Fiscal. Em consequência, é renumerada a **RESSALVA 08**, que passa a ser de **nº 07**.

II – DAS ÊNFASES

Mantido na íntegra o conteúdo do Parecer nº 06/2015, no tocante às 3 Ênfases registradas, este Conselho acompanha a ênfase que foi complementada pela *Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes*, na nova emissão do seu relatório, datado de 28/07/2015, a qual passamos denominar de **ÊNFASE 4**. A Saber: *“IV – Conforme mencionado nas notas explicativas números 6.3.1 e 12.2, a Administração do Instituto havia elaborado plano para equacionamento do déficit técnico, com a instituição da cobrança de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, o qual foi suspenso em virtude da formalização, em 28 de maio de 2015, do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre a Diretora Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e o Posta-*

lis, com a anuência da patrocinadora Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Este documento estabeleceu a revisão do plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2015, com a cobrança de contribuições extraordinárias a partir do exercício de 2016. Dessa forma, o equacionamento do déficit depende do sucesso das medidas constantes do TAC formalizado entre a Administração do Postalís e a Previc, bem como da aprovação do plano de equacionamento que será revisado e apresentado até o final do exercício de 2015”.

III – PARECER DO COF

Avaliando os esclarecimentos prestados pelo Instituto relativos ao disposto no item VII do Parecer nº 06/2015, e conforme análise registrada no presente documento (CT/PRE – 169/2015 de 28.07.2015), no que tange ao descrito na alínea “c” (Plano PBD), este Conselho ajustou a sua redação que passa ser a seguinte, substituindo integralmente a anterior:

“c) Que, em relação à RTSA, conforme reiterados posicionamentos deste Conselho em suas atas de reunião ao longo dos últimos meses, tecnicamente, a simples transformação contábil de uma dívida historicamente reconhecida pela patrocinadora, a título de Serviço Passado, em déficit técnico a ser equacionado paritariamente com participantes e assistidos,

deveria ser precedida da correspondente modificação jurídica da situação, dado que o processo ainda tramita na esfera judicial. Além disso, as providências administrativas informadas pelo Instituto nesta reunião não eximiriam a Administração de adotar temporariamente a providência prescrita no Art. 62, §2º, do Decreto 4.942/2003”.

IV – SÍNTESE DO ADITAMENTO

Com exceção dos ajustes e registros constantes do presente aditamento, fica mantido o teor e a conclusão do Parecer nº 06/2015, constante da Ata da 52ª Reunião Extraordinária deste Conselho.

Brasília, 30 de julho de 2015.



REGINALDO CHAVES DE ALCANTARA
Membro Efetivo



ANGELO SARAIVA DONGA
Membro Efetivo



JULIANO ARMSTRONG ARNOSTI
Membro Efetivo



JÚLIO VICENTE LOPES
Membro Efetivo

Parecer do Conselho Deliberativo

Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2014

O Conselho Deliberativo do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - Postalís, em cumprimento ao disposto no artigo 39, inciso IV do Estatuto da Entidade e considerando: a manifestação da auditoria externa, Baker Tilly Brasil Auditores Independentes, os Pareceres do Atuário responsável pelos Planos de Benefícios administrados pelo Postalís, GlobalPrev Consultores Associados, bem como o Parecer do Conselho Fiscal do Postalís, com os votos contrários dos Conselheiros José Rivaldo e Manoel Santana e os votos favoráveis com ressalvas, dos Conselheiros Areovaldo Figueiredo, Máximo Villar, Manoel Cantoara e Sérgio Bleasby, APROVAM as CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 COM RESSALVAS, observadas as ressalvas apontadas no Relató-

rio dos Auditores Independentes, as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31.12.2014, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado e por plano); Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidado e por plano); Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios previdencial); Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (consolidado e por plano de benefícios previdencial); Demonstração das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefícios previdencial); Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (consolidadas); Parecer dos Auditores Independentes; Parecer do Atuário (por plano de benefícios previdencial); Parecer do Conselho Fiscal; Manifestação do Conselho Deliberativo.

Brasília, 30 de julho de 2015.



AREOVALDO ALVES DE FIGUEIREDO
Presidente



MANOEL DOS SANTOS O. CANTOARA
Conselheiro Efetivo



MÁXIMO JOAQUIM CALVO VILAR JUNIOR
Conselheiro Efetivo



MANOEL ALMEIDA SANTANA
Conselheiro Efetivo



JOSÉ RIVALDO DA SILVA
Conselheiro Efetivo



SERGIO MAURÍCIO BLEASBY RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

Expediente

Ranking Abrapp

Volume de investimento – 13º lugar.

Número de participantes ativos e assistidos: 3º lugar.

Composição dos Órgãos Estatutários

DIRETORIA EXECUTIVA

Responsável pela administração do POSTALIS, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria-Executiva é integrada por quatro membros, indicados pelos Correios e nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de três anos.

Antonio Carlos Conquista

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Carlos Conquista é formado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá. Conquista foi funcionário do Banespa por 25 anos, onde exerceu várias funções. Em 2000 foi eleito Diretor Administrativo da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, onde ficou até 2003. Seguindo sua trajetória no segmento de previdência, Conquista atuou na Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social, como de chefe de Gabi-

nete do então Presidente, de 2003 a 2007, e como Gerente Executivo de Administração no período de 2007 a 2009. No Período de 24/11/2009 a 05/11/2010, atuou como Diretor Executivo na Fundação de Seguridade Social (GEAP). Exerceu o cargo de Secretário de Infraestrutura e Fomento do Ministério da Pesca e Aquicultura.



André Luís Carvalho da Motta e Silva

DIRETOR FINANCEIRO

André Luís Carvalho da Motta e Silva, natural do Rio de Janeiro, é formado em Direito e Economia pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-RIO. Ocupou diversos cargos de gestão junto ao Governo do Distrito Federal, entre os anos de 1999 e 2011. André Motta foi Secretário-Adjunto de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Distrito Federal, tendo respondido como titular da última em 2006. Na CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal foi Diretor

Administrativo e Financeiro, Diretor de Parcerias e Projetos Estratégicos, tendo sido responsável pela contratação da primeira Parceria Público-Privada no âmbito do Governo do Distrito Federal. Ocupou ainda o cargo de Presidente da empresa. No período de junho de 2010 a janeiro de 2011, Motta exerceu o cargo de Diretor Administrativo do Banco de Brasília - BRB e foi Presidente do Conselho Fiscal da empresa Cartão BRB/SA. Nos últimos dois anos atuou como advogado.



Paulo Fernando Moura de Sá

DIRETOR DE SEGURIDADE

Paulo Sá é cearense de Fortaleza, radicado em Brasília e economista formado pelo UniCEUB. Concluiu o MBA em Finanças e Investimentos pela London Business School (Inglaterra) e especializou-se em Private Equity, no Venture Capital Institute (Atlanta, EUA). Possui 25 anos de experiência no mercado financeiro, nas áreas de Previdência e Investimentos. Desempenhou funções estratégicas, ocupando posições seniores, em algumas das mais importantes organizações do mercado nacional e internacional, como na

CENTRUS- Fundação Banco Central de Previdência Privada, Banco Bozano Simonsen, Citibank e Brasil Telecom S/A.



Ele é certificado pelo ICSS para gerência e/ou direção em entidades de previdência. Além disso, é credenciado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários como Administrador de Carteiras, Títulos e Valores Mobiliários.

Roberto Macedo de Siqueira Filho

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Roberto Macedo nasceu em Brasília. Formou-se em Economia pela Universidade de Brasília – UNB (1988) e posteriormente em Direito pela Universidade do Distrito Federal – AEUDF (2003). Pós-Graduado em Direito Tributário pela FORTIUM (2007). Trabalhou no Banco de Brasília por mais de 10 anos tendo ocupado diversos cargos

nas áreas administrativa, financeira e de processamento de dados. É sócio fundador de empresa Incorporadora em Brasília, estando licenciado de suas funções.



CONSELHO DELIBERATIVO

É o órgão máximo do Instituto, responsável pela definição de sua política geral de administração e de seus planos de benefícios, integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três nomeados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para um mandato de quatro anos.

TITULARES	SUPLENTES
Eleitos pelos Participantes	
José Rivaldo da Silva	Marcos da Matta Silveira
Manoel Almeida Santana	Luiz Alberto Menezes Barreto
Sergio Maurício Bleasby Rodrigues	Vinicius Moreno
Indicados pela Patrocinadora	
Areovaldo Alves de Figueiredo (Presidente)	Angela Rosa da Silva
Máximo Joaquim Calvo Villar Junior	Hudson Alves da Silva
Manoel dos Santos Cantoara	José Alberto Brito

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes - dois dos quais indicados pela patrocinadora e dois eleitos pelos participantes com mandato de quatro anos.

TITULARES	SUPLENTES
Eleitos pelos Participantes	
Reginaldo Chaves de Alcântara (Presidente)	Carlos Roberto Paulin
Angelo Saraiva Donga	Amanda Corcino Garcia
Indicados pela Patrocinadora	
Juliano Armstrong Arnosti	Cícero Ricardo de Santa Rosa
Júlio Vicente Lopes	Júlio César Oliveira



POSTALIS

relatório anual 2014

Instituto de Seguridade Social do Correios e Telégrafos
Setor Comercial Sul - Quadra 3 - Bloco A - nº 119
Edifício POSTALIS - CEP: 70300-903 - Brasília, DF